



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE PAU DOS FERROS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ALEXANDRE DIAS DA SILVA NETO

CAPS MARIA DA PENHA:

Centro de Apoio Psicossocial destinado às mulheres vítimas de violência doméstica na
cidade de Pau dos Ferros - RN

PAU DOS FERROS - RN

2024

ALEXANDRE DIAS DA SILVA NETO

CAPS MARIA DA PENHA:

Centro de Apoio Psicossocial destinado às mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de Pau dos Ferros – RN

Monografia apresentada a Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador (a): Profa. Dra. Ellen Priscila Nunes de Souza.

PAU DOS FERROS – RN

2024

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

S469c Silva Neto, Alexandre Dias da .
CAPS: Centro de Apoio Psicossocial destinado às
mulheres vítimas de violência doméstica na cidade
de Pau dos Ferros/RN / Alexandre Dias da Silva
Neto. - 2024.
83 f. : il.

Orientador: Ellen Priscila Nunes Souza.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de , 2024.

1. Centro psicossocial. 2. Mulheres. 3.
Violência doméstica. 4. Saúde mental. 5. Bem-
estar.. I. Priscila Nunes Souza, Ellen, orient.
II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Biblioteca Campus Pau dos Ferros
Bibliotecária: Erlanda Maria Lopes da Silva
CRB: 15/966

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

ALEXANDRE DIAS DA SILVA NETO

CAPS MARIA DA PENHA:

Centro de Apoio Psicossocial destinado às mulheres vítimas de violência doméstica na
cidade de Pau dos Ferros – RN

Monografia apresentada a Universidade
Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA,
como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador (a): Profa. Dra. Ellen Priscila
Nunes de Souza.

Defendida em: 04/10/2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



ELLEN PRISCILA NUNES DE SOUZA

Data: 03/10/2024 10:28:21-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ellen Priscila Nunes de Souza, Prof^a. Dra. (UFERSA)

Presidente

Documento assinado digitalmente



MONIQUE LESSA VIEIRA OLIMPIO

Data: 07/10/2024 20:25:46-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Monique Lessa Vieira Olímpio (UFERSA)

Membro Examinador

Documento assinado digitalmente



NIVEA RICHELLY MARQUES FELIX DA SILVA

Data: 09/10/2024 10:17:41-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Nívea Richelly Marques Félix da Silva

Membro Examinador

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu Pai e Sustentador, minha mais profunda gratidão. Foi a Sua graça que me concedeu forças nos momentos de cansaço, sabedoria nas horas de indecisão e paz nos dias de maior dificuldade. Sua presença foi constante ao longo dessa jornada, guiando meus passos e me ajudando a superar os desafios que surgiram pelo caminho. Sem o Seu amor, cuidado e provisão, essa conquista não seria possível. A Ele, que ilumina meu caminho e dá sentido a todas as minhas realizações, dedico toda honra e toda glória.

À minha mãe, Filomena, meu maior exemplo de força, dedicação e amor incondicional, dedico minha mais profunda gratidão. Sua presença constante, seus conselhos sábios e seu apoio inabalável foram fundamentais ao longo desta jornada. Nos momentos de cansaço e dúvida, seu carinho foi o que me deu forças para continuar, e em cada pequena vitória, sua alegria sempre superou a minha. Sem seu sacrifício e incentivo, essa conquista não teria sido possível. Ao meu pai, Augusto, meu exemplo de perseverança e integridade, expresso minha sincera gratidão. Sua confiança em mim, mesmo nos momentos de desafio, foi a força que me impulsionou a seguir adiante, e sua sabedoria sempre iluminou minhas decisões. Agradeço por todos os sacrifícios feitos em meu favor e por acreditar em meu potencial, até quando eu duvidei.

À minha orientadora Ellen, expresso minha mais sincera gratidão por toda a paciência, dedicação e apoio ao longo desta caminhada. Sua orientação cuidadosa e seus valiosos ensinamentos foram fundamentais para a realização deste trabalho. Agradeço por cada conselho, pela confiança depositada e pelo incentivo nos momentos mais desafiadores. Sua sabedoria e comprometimento não apenas me guiaram neste projeto, mas também me inspiraram a crescer como profissional e como pessoa.

Aos meus amigos que a UFERSA me presenteou Brenda, Ellen, Angelita, Vinícius, Mayara, Yasmim e Lília expresso minha mais sincera gratidão. Vocês estiveram ao meu lado durante toda essa jornada, e cada palavra de incentivo, cada momento de descontração e cada gesto de apoio foram essenciais para que eu superasse os desafios que surgiram pelo caminho. Vocês foram minha rede de apoio nos dias difíceis, e suas companhias tornaram essa trajetória mais leve e especial. Agradeço por acreditarem em mim, mesmo quando eu duvidei, e por sempre me lembrarem que o esforço valeria a pena. Juntos, enfrentamos os desafios acadêmicos, compartilhamos risadas, angústias e vitórias ao longo desses anos. Vocês foram

mais que colegas de sala; foram parceiros incansáveis, sempre dispostos a ajudar, ouvir e motivar. A amizade de vocês foi um pilar essencial nesse percurso, e por isso, levo comigo não apenas o aprendizado acadêmico, mas também as lembranças valiosas que construímos.

Ao meu namorado Caio, meu parceiro em todos os momentos, deixo minha mais profunda gratidão. Sua paciência, apoio incondicional e compreensão foram essenciais para que eu chegasse até aqui. Nos dias mais difíceis, foi o seu carinho e suas palavras de encorajamento que me deram forças para continuar. Agradeço por estar ao meu lado, acreditando em mim e me lembrando constantemente do meu potencial.

E por fim, as minhas chefes de estágio Viviane e Lígia, expresso minha sincera gratidão pelo apoio e orientação ao longo dessa jornada. Sua confiança em mim e suas valiosas lições contribuíram significativamente para meu desenvolvimento profissional e pessoal. Agradeço por me proporcionarem um ambiente de aprendizado enriquecedor, onde pude aplicar os conhecimentos adquiridos e crescer como estagiário.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Pesquisa sobre o comportamento das vítimas de violência doméstica.....	17
Figura 2: Protesto na década de 80 contra violência doméstica.....	22
Figura 3: A primeira delegada titular, Rosmary Corrêa, em frente a primeira delegacia da mulher no país	27
Figura 4: Maria da Penha Maia Fernandes	35
Figura 5: Fachada Centro Comunitário, Peñalolén, Chile	43
Figura 6: Planta de Implantação - Centro Comunitário, Peñalolén, Chile.....	44
Figura 7: Planta baixa térreo - Centro Comunitário, Peñalolén, Chile.....	45
Figura 8: Planta baixa primeiro pavimento - Centro Comunitário, Peñalolén, Chile.....	45
Figura 9: Planta baixa segundo pavimento - Centro Comunitário, Peñalolén, Chile.....	46
Figura 10: Fachada secundária do edifício - The Ada and the Tamar De Shalit House.	47
Figura 11: Espaço interno de recreação - The Ada and the Tamar De Shalit House.....	48
Figura 12: Planta baixa da edificação - The Ada and the Tamar De Shalit House.....	48
Figura 13: Material utilizado nas fachadas - The Ada and the Tamar De Shalit House	49
Figura 14: Fachada da edificação - Casa da Mulher Brasileira/ CMB – Brasil.....	51
Figura 15: Pátio interno - Casa da Mulher Brasileira/ CMB – Brasil	51
Figura 16: Definição da área geográfica e limites do terreno	54
Figura 17: Disposição do terreno em relação à incidência solar, direção dos ventos e características topográficas.....	55
Figura 18: Terreno de estudo.....	56
Figura 19: Terreno de estudo.....	56

Figura 20: Localização de Pau dos Ferros na zona bioclimática 7.....	63
Figura 21: Gráfico de temperatura do ar anual	64
Figura 22: Gráfico de temperatura do ar no verão	65
Figura 23: Gráfico de temperatura do ar no outono	65
Figura 24: Gráfico de temperatura do ar na primavera.....	65
Figura 25: Gráfico de temperatura do ar no inverno	65
Figura 26: Gráfico anual da umidade relativa do ar	66
Figura 27: Programa de necessidades.....	67
Figura 28: Zoneamento.....	69
Figura 29: Fluxograma.....	70
Figura 30: Fachada -CAPS Maria da Penha	71
Figura 31: Fachada -CAPS Maria da Penha	71
Figura 32: Recepção	72
Figura 33: Recepção	72
Figura 34: Jardim.....	74
Figura 35: Jardim.....	74

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Cheio e vazios.....	60
Mapa 02: Gabarito	61
Mapa 03: Sistema viário	62
Mapa 04: Vegetação e recurso hídrico	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS - Centro de Apoio Psicossocial

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMS - Organização Mundial de Saúde

LMP - Lei Maria da Penha

PMP - Patrulha Maria da Penha

MPRN - Ministério Público do Rio Grande do Norte

ONGs - Organizações Não Governamentais

NAMVID - Núcleo de Apoio à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar

CLADEM - Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher

OEA - Organização dos Estados Americanos

CMB - Casa da Mulher Brasileira

RESUMO

Por muitos anos, as inúmeras lutas das mulheres pela conquista do seu espaço na sociedade são marcadas por discriminações, ameaças e submissões, o que se constataram diversos casos de traumas e complicações à vítima, resultando na violência doméstica. A violência contra a mulher é uma questão que cada vez mais é discutida na sociedade, e sempre está relacionada aos questionamentos sobre como proteger a vítima garantindo que a mulher receba todo o apoio necessário para enfrentar essa situação. É a partir dessas questões que surgiram instituições que oferecem amparo e toda a assistência necessária para mulheres. O objetivo geral do trabalho é desenvolver um estudo preliminar de um Centro de Apoio Psicossocial para mulheres em situação de vulnerabilidade no município de Pau dos Ferros – RN, buscando minimizar os casos de violência, com foco no tratamento físico e mental e em atendimento as necessidades e anseios das vítimas. O presente trabalho, de caráter qualitativo, baseou-se em levantamento bibliográfico, revisão documental e repertórios projetuais. O CAPS Maria da Penha busca conta com demandas estruturais e funcionais essenciais a partir de elementos que considerem as necessidades específicas do público-alvo, resultando em espaços que proporcionem acolhimento e sejam favoráveis à promoção da saúde mental e do bem-estar das mulheres atendidas.

Palavras Chave: centro psicossocial; mulheres; violência doméstica; saúde mental; bem-estar.

ABSTRACT

For many years, women's countless struggles to gain their place in society have been marked by discrimination, threats and submission, which has led to several cases of trauma and complications for the victim, resulting in domestic violence. Violence against women is an issue that is increasingly discussed in society, and is always related to questions about how to protect the victim, ensuring that the woman receives all the necessary support to face this situation. It is from these issues that institutions have emerged that offer support and all the necessary assistance to women. The general objective of the work is to develop a preliminary study of a Psychosocial Care Center for women in vulnerable situations in the municipality of Pau dos Ferros - RN, seeking to minimize cases of violence, focusing on physical and mental treatment and meeting the needs and desires of the victims. This work, of a qualitative nature, was based on a bibliographic survey, document review and project repertoires. CAPS Maria da Penha seeks to meet essential structural and functional demands based on elements that consider the specific needs of the target audience, resulting in spaces that provide support and are favorable to the promotion of mental health and well-being of the women served.

Keywords: psychosocial center; women; domestic violence; mental health; well-being.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	Referencial Teórico	21
2.1	O conceito e a história da violência de gênero	21
2.2	A relação entre a violência contra as mulheres e seu impacto no campo da saúde mental	24
2.3	A Interseção entre a Legislação e as Organizações Diante da Problemática..	26
2.3.1	Âmbito federal.....	26
2.3.2	Âmbito estadual.....	30
2.4	Lei Maria da Penha	33
2.5	Contribuição da arquitetura em ambientes de apoio e assistência a mulheres vítimas de violência doméstica	37
2.6	Arquitetura biosustentável em ambientes de apoio.....	38
3	ABORDAGEM METODOLÓGICA	41
3.1	Percurso metodológico	41
4	ESTUDOS DE CASO	43
4.1	Centro Comunitário, Peñalolén, Chile.	43
4.2	The Ada and the Tamar De Shalit House – Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica	47
4.3	Casa da Mulher Brasileira/ CMB – Brasil.....	50
4.4	Análise Comparativa dos estudos de caso	52
5	ETAPA PRÉ – PROJETUAL.....	54
5.1	Características do terreno e seus fatores projetuais.....	54
5.2	Condicionantes físicos e legais	57
5.3	Estudo de morfologia urbana.....	57
5.3.1	Dominialidade	58
5.3.2	Gabarito.....	59

5.3.3 Sistema Viário	60
5.3.4 Vegetação e recurso hídrico	61
5.4 Dados bioclimáticos	62
6 PROPOSTA PROJETUAL	67
6.1 Programa de Necessidades	67
6.2 Zoneamento	68
6.3 Fluxograma	69
6.4 CAPS – Maria da Penha	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	76
APÊNDICES.....	78

1 INTRODUÇÃO

A opressão de gênero ao longo da história tem sido um flagelo enraizado na sociedade. Ao longo de muitos anos, marcados por discriminações, ameaças e submissões, tem havido transformações graças à solidariedade das mulheres na busca constante por seus direitos, como por exemplo, direito ao trabalho e voto. Conforme o disposto no art. 5 da Lei nº 11.340/2006, a violência doméstica e familiar contra a mulher se caracteriza por qualquer conduta ou omissão fundamentada no gênero que resulte em morte, sofrimento físico, psicológico ou sexual, assim como prejuízo moral ou patrimonial no âmbito doméstico e/ou familiar (Brasil, 2006). Este ambiente pode ser compreendido como o espaço de convívio entre pessoas com laços familiares ou afetivos, no entanto, ainda persiste incerteza quanto à definição precisa do termo.

Ao reconhecer as representações sociais, emerge a compreensão de que as mulheres vítimas de violência não são apenas alvos passivos, mas sujeitos sociais que carregam consigo as características culturais inerentes à sua identidade de gênero. Historicamente, o gênero é concebido como uma construção social que estabelece a dominação masculina sobre as mulheres. Essa perspectiva cultural não se limita apenas às estruturas sociais, mas também influencia as dinâmicas dentro das famílias, contribuindo para a persistência da violência doméstica.

Ao destacar as narrativas de empoderamento presentes nessas representações, pode-se abrir caminho para a construção de uma realidade alternativa, onde as mulheres não sejam mais reféns de relações desiguais e violentas. Portanto, a compreensão aprofundada das representações sociais não apenas informa, mas também capacita a implementação de abordagens mais inclusivas e efetivas na luta contra a violência doméstica.

A Lei Maria da Penha, sancionada em 7 de agosto de 2006, representa um marco legislativo significativo no Brasil, visando coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Seu nome é uma homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, uma mulher que, após sofrer violência doméstica, ficou paraplégica em decorrência das agressões do então marido. Esta legislação, desde sua implementação, tem desempenhado um papel crucial na proteção dos direitos das mulheres e na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A lei propõe ainda a criação de centros de atendimento especializados, incluindo casas-abrigo e centros de apoio psicossocial, oferecendo suporte essencial para as mulheres em situação de violência, não apenas do ponto de vista jurídico, mas também emocional e social. Em síntese, a Lei em questão representa um esforço significativo para transformar a cultura de tolerância à violência de gênero em uma sociedade que valoriza e protege os direitos das mulheres. No entanto, reconhece-se que há desafios contínuos, incluindo a necessidade de conscientização, educação e implementação efetiva da lei em todos os níveis da sociedade.

É perceptível a fragilidade na saúde da mulher vítima de violência doméstica, ocasionando diversos traumas e complicações à vítima. A desigualdade no acesso aos serviços de saúde física e mental é uma realidade persistente em várias comunidades em todo o país (Barreto, 2017). De acordo com o IBGE (2009), cerca de 1,3 milhão de mulheres sofrem agressões a cada ano no Brasil. Esta questão é extrema relevância para as políticas públicas, não apenas no âmbito da segurança e dos direitos civis, mas também devido às implicações para o desenvolvimento do país.

De acordo com a 10ª Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, realizada pelo Instituto DataSenado em colaboração com o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), três em cada dez brasileiras já foram vítimas de violência doméstica. Divulgada em 21 de agosto de 2024 pela Procuradoria da Mulher do Senado, a pesquisa é a série histórica mais longa sobre o tema no Brasil, iniciada em 2005. A pesquisa de 2023, parte da 10ª edição da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, contou com a participação de mais de 21 mil mulheres, tornando-se o maior estudo já realizado sobre violência doméstica no Brasil.

A pesquisa do DataSenado revelou que a violência psicológica é a forma mais recorrente de agressão contra mulheres, atingindo 89% das vítimas. Em seguida, aparecem a violência moral (77%), física (76%), patrimonial (34%) e sexual (25%). O estudo também mostrou que as mulheres de menor renda são as mais afetadas pela violência física. Cerca de 52% das vítimas relataram que os agressores eram seus maridos ou companheiros, e 15% sofreram violência de ex-maridos, ex-namorados ou ex-companheiros.

Figura 1: Pesquisa sobre o comportamento das vítimas de violência doméstica



Fonte: Datasenado (2023)

Diante da análise na imagem acima, é possível perceber um aumento significativo no número de mulheres que buscam ajuda junto aos familiares após sofrerem violência doméstica. Esse dado reflete uma mudança relevante no comportamento das vítimas, que agora se sentem mais encorajadas a romper o silêncio e procurar apoio no círculo familiar. Essa evolução pode indicar uma maior conscientização sobre o tema e o fortalecimento das redes de suporte

emocional, permitindo que mais mulheres encontrem segurança e amparo em seus familiares durante ou após experiências de violência.

Dados fornecidos pelo Diário do Nordeste (2024) apontam que em 2023 no Rio Grande do Norte, o número de audiências de custódia para casos de violência doméstica registrou um aumento significativo de 75% em Natal e outras 29 cidades do estado, incluindo todas da Região Metropolitana, em comparação com o ano anterior. É alarmante notar como muitos indivíduos enfrentam barreiras para receber um suporte necessário. O conhecimento compartilhado no seio desse grupo oferece uma visão única das estratégias de resistência e resiliência adotadas pelas mulheres.

De acordo com dados da Justiça Federal, no mês de janeiro de 2024, houve um aumento expressivo no número de casos de medidas protetivas notificadas, com 626 registros. Esse número é considerado o mais alto dos últimos 12 meses. O aumento pode refletir tanto uma intensificação dos esforços das autoridades em garantir proteção às mulheres vítimas de violência doméstica quanto uma maior conscientização das vítimas sobre seus direitos e os recursos disponíveis para sua segurança.

Os centros de apoio às mulheres vítimas de violência representam ambientes de extrema importância na luta contra tais descasos, independentemente do local ou natureza da agressão sofrida pela vítima. Essas instalações devem assegurar o acolhimento das usuárias de maneira afável, levando em consideração o estado em que as vítimas se encontram ao chegarem ao local, diante das agressões e traumas sofridos. A partir dos elevados índices de violência doméstica e familiar no Brasil, os espaços de atendimento à mulher se tornam cada vez mais essenciais em uma perspectiva de transformação e zelo pela vida das vítimas.

Diante da problemática apontada, e na busca por meios que minimizam os casos de violência, e aumento no tratamento das vítimas, surge a necessidade de um estudo de implantação de um CAPS para esse público alvo no município de Pau dos Ferros - RN, com foco no tratamento mental e com o objetivo de atender as necessidades e anseios das mulheres. Embora existam delegacias para notificações de casos, a escassez de suporte e encaminhamento adequados para as vítimas se apresentam como uma falta significativa. Além disso, na cidade há apenas um CAPS destinado para todo o público, trazendo então uma superlotação de atendimentos e por fim, em caso lesões resultantes dos atos, a vítima busca atendimentos em UBS ou no hospital geral da cidade na qual fornece atendimentos para a população pauperrense

e região. Com o que foi apresentado, emerge a seguinte reflexão: Como a criação de um CAPS especializado para mulheres vítimas de violência doméstica pode melhorar o atendimento e os cuidados destinados a esse público? Essa indagação orienta as análises necessárias para fundamentação da proposta projetual.

Tem-se como objetivo geral elaborar um estudo preliminar arquitetônico de um CAPS – Centro de Apoio Psicossocial Maria da Penha, visando oferecer acolhimento e apoio físico e mental necessário as mulheres em situação de vulnerabilidade. Como objetivos específicos buscou-se: I) Investigar casos de violência, seja ela explícita ou reportada, e suas origens, visando expansão a abordagem de acolhimento de maneira abrangente para as mulheres; II) Empregar os princípios da arquitetura, considerando as necessidades das vítimas no ambiente de forma que haja um impacto positivo no conforto e no bem-estar das mesmas; III) Identificar contribuições da arquitetura em ambientes de apoio e assistência a mulheres vítimas de violência doméstica.

Assim, esta monografia apresenta uma estrutura dividida em seis capítulos, buscando proporcionar uma compreensão mais aprofundada do tema em análise. Sendo o primeiro capítulo dedicado à contextualização do tema, ele apresentará as problemáticas, justificativas e objetivos que orientam o trabalho. Em seguida, o segundo capítulo consiste na fundamentação teórica que integra diversos aspectos sociais, psicológicos e ambientais. A temática central abrange a violência contra a mulher, abordando diferentes escalas, conectando-se à violência doméstica e seus impactos na saúde mental das vítimas, como também a contribuição da arquitetura em ambientes de apoio e assistência específicos para as vítimas, além de considerar as perspectivas de sustentabilidade e bioclimatismo no anteprojeto.

O terceiro, denominado “Abordagem Metodológica” possibilita a concretização desta pesquisa que se deram inicialmente através do levantamento de dados bibliográficos e de dados quantitativos relação aos índices de mulheres que sofrem violência doméstica. Sendo sequencialmente realizados estudos de caso e correlatos para a extração de aspectos positivos e negativos que colaborassem no embasamento das diretrizes projetuais do trabalho. O estudo em questão possui uma natureza qualitativa, uma vez que engloba elementos subjetivos do tema em análise, além do contexto que o envolve, adequando-se também ao método quantitativo, visto que para entender a dimensão do problema fez-se necessário o levantamento de dados numéricos.

No quarto capítulo, “Referências projetuais”, empreende uma pesquisa sobre projetos tanto nacionais quanto internacionais que guardassem relação com a área de estudo em foco. O propósito principal desta fase consiste na busca metódica por informações capazes de inspirar o desenvolvimento da proposta, visando identificar conceitos, volumetrias e desenhos que pudessem enriquecer e orientar a formulação do projeto em desenvolvimento.

O quinto capítulo, denominado "EPP", destaca-se a abordagem detalhada da localização escolhida, englobando o levantamento do terreno e seu entorno. A análise compreende não apenas aspectos físicos, mas também considerações urbanas e de conforto ambiental. Particular ênfase é dada à proximidade estratégica com o Centro de Apoio Psicossocial (CAPS), referência na cidade, como também, abarca uma investigação abrangente das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e do hospital geral já existentes no município, buscando identificar e compreender os desafios e problemas inerentes a essas instituições de saúde.

Para concluir, no sexto capítulo, intitulado como “Memorial Justificativo”, é apresentado o anteprojeto de uma Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) em Pau dos Ferros. A concepção do anteprojeto busca não apenas atender às demandas estruturais e funcionais do CAPS, mas também incorporar elementos que considerem as necessidades específicas do público-alvo, resultando em um espaço que proporcione um ambiente acolhedor e favorável à promoção da saúde mental e ao bem-estar das mulheres atendidas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo é apresentada a análise histórica da violência de gênero destaca diferentes períodos de luta e conquista contra a violência doméstica, como também as causas associadas à saúde mental decorrente da violência. São evidenciadas as organizações e legislações nos âmbitos federal, estadual e municipal. Em destaque está a Lei Maria da Penha, desde sua criação até os dias atuais. A partir de leituras em livros, artigos e revistas, enfatiza-se a importância das lutas históricas feministas, que resultaram em avanços legislativos e políticas públicas de proteção às mulheres. Aborda-se também a complexidade das causas da violência doméstica, incluindo fatores sociais, culturais e psicológicos. Por fim, descreve-se a contribuição da arquitetura em ambientes frequentados por mulheres vítimas de violência doméstica, buscando proporcionar espaços seguros e acolhedores.

2.1 O conceito e a história da violência de gênero

A discussão sobre violência de gênero requer uma análise prévia da estruturação histórica que a permeia. Nesse sentido, é evidente que os gêneros ocupam posições, desempenham papéis e detêm poderes e status distintos tanto na esfera privada quanto na pública, abrangendo os contextos familiar, laboral e político. É a partir dessa estrutura patriarcal que se manifestam o uso e abuso de poder, os quais se materializam por meio de uma ampla gama de formas de violência (Faleiros, 2007).

A partir disso, é possível ressaltar que a violência de gênero é praticada por alguém que se posiciona como superior ao outro, independentemente da forma que essa violência tome, seja ela física, moral, psicológica, sexual, entre outras. Esta ocorre contra um indivíduo em situação de vulnerabilidade em relação ao agressor, onde o fator "motivador" é a identidade de gênero ou orientação sexual da vítima. Historicamente, a violência de gênero tem suas raízes em estruturas sociais que perpetuam a desigualdade entre homens e mulheres. Desde tempos antigos, as sociedades foram moldadas por normas e valores que colocavam as mulheres em uma posição subordinada, muitas vezes tratadas como propriedade dos homens (Faleiros, 2007).

Quando se associa o homem ao heroísmo, à bravura e à força, e a mulher à sensibilidade, ao sentimentalismo e à delicadeza, cria-se uma distinção que coloca o homem no topo de uma hierarquia de poder, permitindo-lhe ser superior a qualquer outro gênero. Nesse contexto, todos os outros são consequentemente considerados inferiores. Esse pensamento social machista fundamenta a legitimidade do uso da violência como uma justificativa para afirmar ou reafirmar essa posição hierárquica de superioridade (Santos, 2020).

O termo "violência contra a mulher" começou a ser mais amplamente reconhecido no Brasil no final dos anos 1970 e se difundiu principalmente devido às mobilizações feministas da época. Durante esse período, as mulheres brasileiras começaram a se organizar e protestar contra várias formas de violência, especialmente aquelas praticadas dentro do ambiente doméstico. Uma das questões mais marcantes era o assassinato de mulheres, muitas vezes por seus próprios maridos, que frequentemente eram absolvidos sob o pretexto da "defesa da honra". As mobilizações feministas dos anos 1970 começaram a expor e desafiar essas noções ultrapassadas, exigindo justiça para as vítimas de violência (Grossi, 2000).

Nos anos 1980, o movimento feminista continuou a crescer e a destacar questões de espancamento e maus-tratos conjugais, aumentando ainda mais as denúncias. Foi nesse contexto que o termo "violência contra a mulher" passou a ser uma categoria usada como sinônimo de violência doméstica. Essa conscientização e mobilização foram fundamentais para a criação de políticas públicas, leis e serviços de apoio às mulheres vítimas, bem como para a mudança de mentalidades em relação ao tratamento na sociedade brasileira (Grossi, 2000).

Figura 2: Protesto na década de 80 contra violência doméstica



Fonte: SOS Corpo (1980)

Durante os anos 1990, o Brasil ratificou uma série de convenções internacionais que tratavam dos direitos das mulheres, incluindo a histórica Plataforma de Beijing. Esses documentos internacionais forneceram uma base importante para as futuras políticas e legislações relacionadas aos direitos das mulheres. No entanto, foi nos anos 2000 que se deu passos significativos na criação de uma estrutura governamental específica e dedicada à implementação de políticas nacionais para mulheres. Esse período também foi marcado por mudanças legislativas importantes, como a edição da Lei nº 10.886/2004, que introduziu no Código Penal o crime de "violência doméstica" (Engel, 2015).

Posteriormente, em 2006, foi promulgada a Lei Maria da Penha, que é considerada um marco na legislação brasileira de proteção às mulheres contra a violência doméstica e familiar. Essa lei estabelece medidas de proteção, assistência e punição mais rigorosas para os casos de violência contra a mulher, fortalecendo as garantias de seus direitos e ações para a prevenção e combate a essa violência. Portanto, o processo de criação da Lei Maria da Penha foi resultado de um longo caminho de mobilização social, pressão do movimento feminista, ratificação de tratados internacionais e mudanças legislativas no Brasil, representando um marco importante na história da proteção dos direitos das mulheres no país (Engel, 2015).

Segundo Riit e Bernardy (2020) devido à relação de poder e à dominação que existe no relacionamento afetivo, geralmente o agressor detém, em relação à mulher que ele agride, a força física e o poder econômico, passando a manipulá-la, violá-la e agredí-la psicologicamente, moralmente e fisicamente. Apesar da existência de lutas de movimentos sociais e feministas para expor e combater a violência de gênero, é inegável que esta persiste de formas variadas e em diferentes culturas, servindo como um reflexo das estruturas patriarcais ainda enraizadas em muitas sociedades. Essas estruturas, muitas vezes sutis, continuam a perpetuar normas e comportamentos que desvalorizam e subjagam as mulheres. A persistência da violência de gênero também revela a complexidade do desafio de erradicá-la completamente.

Dessa forma, é nítida a correlação entre “violência de gênero” e “violência doméstica”, perpetradas por um indivíduo muitas vezes considerado superior. Esses tipos de violência demandam suporte essencial às vítimas, independentemente da forma que se apresentem. É imperativo que as vítimas recebam acesso a serviços de assistência necessárias (Grossi, 2000).

2.2 A relação entre a violência contra as mulheres e seu impacto no campo da saúde mental

A inclusão dos casos de violência psicológica e moral foi fundamental para a assertividade da Lei Maria da Penha (LMP) (Bandeira, 2014). A violência psicológica, que por sua vez não deixa marcas visíveis no corpo das mulheres apresenta desafios significativos no contexto da LMP, que por muitas vezes é difícil para os agentes da lei compreendê-la, e muitos policiais chegam a negar seu registro em ocorrências. Esta forma de violência afeta a autoestima, distorce o pensamento e pode levar a ideias de desvalorização e autodepreciação, tendo um impacto direto na saúde e no bem-estar das mulheres (Bruel e Mombach, 2015).

A violência contra as mulheres é considerada um impacto profundo e devastador no campo da saúde mental. Essa relação complexa não envolve apenas os danos físicos evidentes, como também as cicatrizes emocionais e psicológicas que ficam presentes após a violência. As vítimas podem enfrentar uma série de afetações psíquicas como: ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático e até mesmo pensamentos suicidas. A constante ameaça, medo e o sentimento de desespero pode levar a um estado de estresse crônico, afetando negativamente o bem-estar mental e emocional. Segundo Bruel e Mombach (2015), a violência produz sofrimento psíquico, podendo provocar doenças psicossomáticas diversas nas mulheres, com prevalência de quadros de depressão.

Além disso, a violência pode causar danos psicológicos profundos, como a perda de confiança nas pessoas ao redor, dificuldade em estabelecer relacionamentos saudáveis e a sensação de isolamento. Muitas vezes, as vítimas enfrentam o estigma social e o sentimento de culpa imposto pela sociedade, o que agrava ainda mais o impacto na sua saúde mental (De Teles, 2017).

O conhecimento técnico que guia as práticas profissionais muitas vezes está direcionado principalmente para tratar os danos físicos das vítimas de violência doméstica. No entanto, questões subjetivas como a vulnerabilidade emocional e a sensação de desamparo são sentimentos que impactam diretamente a saúde mental, enfraquecendo a capacidade das vítimas de enfrentarem o problema. Esse cenário se estende também ao ambiente público, onde, por

exemplo, uma mulher pode não conseguir verbalizar para um profissional de saúde que é vítima de violência doméstica. Assim, a inadequação do conhecimento técnico representa um obstáculo para o desenvolvimento de um processo de trabalho em saúde capaz de transformar essa realidade (Guedes; Silva; Fonseca, 2009).

Delgado (2012), em sua pesquisa sobre a produção teórica entre os campos da violência e da saúde mental, destaca a violência doméstica como um dos principais eixos que surge como uma questão crucial para a saúde mental, que ocorre no âmbito privado e familiar, e apontada como a mais prevalente nos estudos que conectam esses dois campos. No entanto, o autor observa que a discussão sobre esse tema ainda aparece de forma relativamente inexpressiva na literatura da atenção psicossocial. Essa constatação ressalta a necessidade de uma maior atenção e pesquisa sobre os impactos da violência doméstica na saúde mental das vítimas, bem como a importância de políticas e intervenções eficazes.

A violência doméstica é uma realidade presente no cotidiano das mulheres e nos serviços de saúde, tornando-se cada vez mais visível devido aos agravos psicossociais que ela gera. Isso demanda intervenções psicossociais efetivas capazes de abordar o sofrimento psíquico relacionado às situações de violência. Portanto, a violência doméstica deve ser uma pauta prioritária na agenda política da Reforma Psiquiátrica, destacando a necessidade de políticas públicas e ações que ofereçam suporte adequado às vítimas e promovam a prevenção e o enfrentamento desse grave problema social (Brasil, 2011).

É perceptível que as necessidades das mulheres são moldadas pelas atividades laborais que desempenham e pelos fatores sociais determinantes de saúde, que levam em conta os modos e as condições de vida cotidiana, bem como os aspectos opressivos que aumentam o risco de adoecimento. A opressão dos estereótipos de gênero, que impõem posições e papéis fixos às mulheres, contribui significativamente para a violência que muitas enfrentam. Nesse contexto, muitos dos transtornos mentais surgem como formas de resistência, como destacam Bruel e Mombach (2015). Essa perspectiva ressalta a importância de abordagens que considerem não apenas os aspectos clínicos dos transtornos mentais, mas também os contextos sociais e de gênero que contribuem para sua emergência e perpetuação.

Ludermir (2008), discute a partir de uma leitura crítica que considera os marcadores sociais de classe e gênero, sobre a maior prevalência de quadros de ansiedade e depressão entre as mulheres. Elas apresentam de duas a três vezes mais casos dos chamados transtornos mentais

comuns em relação aos homens. Para a autora, o estudo dessa realidade pode estar associado à baixa autoestima das mulheres diante do pouco controle que detêm sobre seus modos de vida, além da desvalorização de suas tarefas sociais. Esses fatores provocam desgastes e percepção de má saúde, levando as mulheres a expressarem mais facilmente seus sintomas e a procurarem os serviços de saúde com maior frequência do que os homens. Esse cenário reforça a importância de uma abordagem crítica e sensível que considere as desigualdades de gênero e as estruturas sociais que impactam diretamente a saúde mental das mulheres.

O Relatório Sobre a Saúde Mental no Mundo, produzido em 2001 pela Organização Pan-Americana da Saúde em parceria com a OMS, destaca que as mulheres enfrentam um maior risco de transtornos mentais em comparação aos homens. Esse fato pode ser compreendido ao considerar que as mulheres vivenciam no cotidiano situações correntes de violação de direitos, violência doméstica, violência sexual, desigualdade salarial, entre outros desafios. Ela afeta mulheres de todas as faixas etárias, culturas e classes sociais, destacando a necessidade urgente de abordagens integradas que considerem as complexas interseções entre gênero, violência e saúde mental.

Percebe-se, portanto, a urgência de aprofundar o debate entre o campo da violência contra a mulher e a saúde mental, partindo de uma perspectiva crítica que leve em consideração as relações sociais de gênero. A interseção entre gênero, violência e saúde mental revela camadas profundas de desigualdade e opressão que precisam ser enfrentadas e desconstruídas. A compreensão dessas questões não apenas como problemas individuais, mas como reflexos de estruturas sociais injustas, é essencial para promover intervenções eficazes e políticas públicas que atendam às necessidades das mulheres em situação de violência e vulnerabilidade emocional.

2.3 A Interseção entre a Legislação e as Organizações Diante da Problemática

2.3.1 Âmbito federal

As políticas públicas de apoio às mulheres no Brasil começaram a ganhar mais destaque a partir da década de 1980, mais especificamente em 1984, com a ratificação da CEDAW -

Committee on the Elimination of Discrimination Against Women (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher). Este tratado internacional foi um marco importante na promoção dos direitos das mulheres. No Brasil, a Lei nº 7.353, de 30 de dezembro de 1985, foi um passo significativo. Além disso, no mesmo ano, foi criada a primeira unidade da delegacia da mulher, através do Decreto nº 23.769, em São Paulo. Esta delegacia especializada foi uma medida importante para oferecer um atendimento mais específico e sensível às mulheres vítimas de violência, reconhecendo a necessidade de políticas públicas direcionadas para este grupo. Essas iniciativas marcaram o início de uma série de políticas públicas e medidas legais voltadas para as mulheres no Brasil, buscando promover a igualdade de gênero, o combate à violência e a promoção dos direitos das mulheres em diversas esferas da sociedade.

Figura 3: A primeira delegada titular, Rosmary Corrêa, em frente a primeira delegacia da mulher no país



Fonte: G1 – GLOBO (2020)

Mesmo com alguns progressos ao longo dos anos, as medidas tomadas pelos governos em relação a essa temática ainda não atendem completamente às necessidades das mulheres. Isso pode ser confirmado ao considerar o contexto da violência contra a mulher, onde identificar-se avanços relevantes a partir de 2003, com a criação da Lei da Notificação Compulsória (Lei nº 10.778). Esta lei estabelece que profissionais da saúde, tanto da rede pública quanto privada, devem notificar a polícia sobre indícios de violência contra a mulher.

Em 2006, surgiu a Lei nº 11.340, mais conhecida como a Lei Maria da Penha, um marco significativo na luta contra a violência de gênero no Brasil. Criada justamente pela necessidade de estabelecer diretrizes que resguardecem as vítimas e punam os responsáveis por uma violência que ocorre exclusivamente por razão de gênero, essa legislação representa um avanço crucial na proteção das mulheres.

Mesmo assim, a Lei Maria da Penha vem sendo atualizada na medida em que se torna necessária, demonstrando um compromisso contínuo com a proteção das mulheres vítimas de violência. Uma das importantes atualizações refere-se ao atendimento às vítimas, que deve ser realizado por policiais e peritas do gênero feminino, garantindo um acolhimento mais sensível e adequado às necessidades das mulheres que buscam auxílio. Além disso, outra medida relevante foi a criminalização do descumprimento das medidas protetivas previstas na lei. Isso significa que qualquer violação das medidas de proteção, como o afastamento do agressor do lar ou a proibição de contato com a vítima, pode resultar em consequências legais mais severas para o agressor. Essa atualização visa fortalecer a efetividade da lei, assegurando que as medidas de proteção sejam respeitadas e cumpridas de maneira rigorosa.

De modo geral e ao longo do tempo, foram estabelecidos diversos mecanismos de apoio às mulheres, fortalecendo a rede de proteção e garantindo direitos fundamentais. Entre essas medidas, destacam-se:

- O Decreto Disque 180 (nº 7.393/2010), que estabeleceu o funcionamento do serviço de Central de Atendimento à Mulher. Essa central tem como objetivo oferecer apoio, orientação e encaminhamento para mulheres em situação de violência, funcionando como um importante canal de denúncia e suporte.
- A Lei Minuto Seguinte (Lei nº 12.845/2013), que estabeleceu a assistência obrigatória pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de Violência Sexual. Essa lei garante que as mulheres que sofreram violência sexual tenham acesso a atendimento médico, psicológico e social de forma imediata e integral.
- A Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), que reconheceu o feminicídio como um crime específico de homicídio, cometido contra mulheres em razão de sua condição de gênero. Essa legislação representou um avanço significativo no combate à violência de gênero, ao reconhecer e tipificar esse tipo de crime, permitindo uma investigação mais específica e punição mais adequada aos agressores.

Essas leis e decretos são exemplos concretos do compromisso do Estado em enfrentar a violência contra as mulheres, oferecendo suporte, proteção e garantindo seus direitos fundamentais. No entanto, apesar dos avanços, ainda há desafios a serem superados para garantir uma sociedade mais igualitária e livre de violência.

Além disso, é possível citar algumas Organizações Não Governamentais (ONGs) com destaque nacional atuam de forma significativa no país, sendo elas:

- **"Tamo Juntas"** é uma Assessoria Multidisciplinar Gratuita para Mulheres em Situação de Violência, fundada em Salvador/BA, no ano de 2016. A organização tem como objetivo denunciar e combater a violência contra a mulher em diversos níveis, fundamentando seus princípios, posturas e práticas na perspectiva feminista, antirracista, anticapitalista e anti LGBTQIfóbica (Tamo Juntas, 2020).
- **"Artemis"** surgiu em 2013 com o objetivo de promover a autonomia feminina e a prevenção e erradicação de todas as formas de violência contra as mulheres. A organização trabalha pela garantia dos direitos das mulheres e pela implantação de políticas e serviços que visam a uma mudança efetiva do cenário atual, caminhando em direção a uma sociedade mais justa e igualitária (Artemis, 2013).
- A **Associação Fala Mulher**, fundada em 2004, presta seus serviços por meio de Termos de Colaboração estabelecidos com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo (SMADS) e com o Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo (CIOESTE). A organização atua no enfrentamento à violência doméstica contra a mulher, na construção da equidade de gênero, na promoção da independência financeira feminina e na facilitação do acesso às informações sobre a Lei Maria da Penha e os direitos das mulheres. Além disso, a Associação Fala Mulher trabalha na defesa e garantia dos direitos humanos de pessoas em situação de vulnerabilidade social ou violação de direitos (Associação Fala Mulher, 2021).
- A **Associação Fênix**, fundada em Curitiba/PR no ano de 2006, tem como objetivo combater a violência, com ênfase na violência sexual e doméstica, conflitos familiares, além de atender crianças, adolescentes e jovens vivendo e/ou convivendo com HIV/Aids por meio da socialização de informações e oferta de apoio psicossocial. A organização também oferece oficinas e atividades lúdicas para crianças, reforço escolar,

atendimento psicológico, aconselhamento e assistência jurídica (Associação Fênix, 2006).

Assim, o enfrentamento à violência contra a mulher torna-se cada vez mais efetivo, mesmo que o avanço da legislação seja um processo gradual. A importância do tema já é reconhecida e, aos poucos, mais mecanismos vão sendo criados. É notável que serviços fora do setor governamental também tenham atuação significativa e ganhem espaço, alcançando parte da população que pode estar desprovida de atendimento ou orientação. Essa diversidade de organizações, sejam elas ONGs, associações ou grupos de apoio, desempenha um papel fundamental na ampliação da rede de proteção às mulheres em situação de violência. Elas não apenas oferecem assistência direta, como também promovem a conscientização, a educação e o empoderamento das mulheres. É por meio dessas iniciativas que a sociedade caminha em direção a uma cultura de respeito aos direitos das mulheres e de rejeição à violência de gênero. Embora haja desafios e obstáculos a superar, é encorajador ver o crescente engajamento e a mobilização em prol da igualdade e da segurança das mulheres.

2.3.2 Âmbito estadual

O poder público do Rio Grande do Norte possui duas leis essenciais em vigor para fortalecer o suporte e a divulgação para as vítimas de violência. A primeira delas é a Lei Ordinária 10.162, de 21 de fevereiro de 2017, que estabelece a obrigatoriedade de disponibilização da Lei Maria da Penha nos estabelecimentos para consulta da população. Estes locais incluem delegacias de polícia, bibliotecas das escolas públicas da rede estadual de ensino, bibliotecas públicas e hospitais públicos. A lei determina que a Lei Maria da Penha deve estar em local visível e de fácil acesso, facilitando o conhecimento e a consulta dos direitos garantidos por esta legislação.

A segunda lei é a Lei Ordinária 10.171, também de 21 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre a reserva de vagas de empregos para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nas empresas prestadoras de serviços junto ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte. De acordo com esta lei, 5% das vagas de empregos das prestadoras de serviços contratadas pelo Governo do Estado são reservadas para mulheres que tenham sofrido violência doméstica e

familiar. Essa medida visa a oferecer oportunidades de emprego e independência financeira para mulheres em situação de vulnerabilidade decorrente da violência de gênero.

Essas leis demonstram um compromisso do Estado do Rio Grande do Norte em ampliar o acesso à informação sobre os direitos das mulheres e em promover a reinserção das vítimas no mercado de trabalho, contribuindo assim para o enfrentamento e prevenção da violência doméstica e familiar contra as mulheres no estado.

Uma medida relevante em vigor no Rio Grande do Norte é a Lei Estadual Nº 10.097, de 8 de agosto de 2016, que estabelece a criação da Patrulha Maria da Penha (PMP). Esta lei tem como objetivo acolher e monitorar as mulheres em situação de violência doméstica e familiar que solicitam ou estão amparadas por medidas protetivas de segurança. A PMP foi normatizada pelo Decreto nº 29.496, de 09 de março de 2020, o que significa que já está em atividade há quatro anos. A Patrulha Maria da Penha tem diversas atribuições, incluindo garantir o cumprimento de medidas protetivas de urgência, atuar em consonância com a Rede de Atendimento à Mulher Vítima de Violência, realizar visitas semanais às mulheres vítimas de violência doméstica, orientar e esclarecer a vítima sobre seus direitos, além de promover palestras de prevenção e orientação nas escolas do município (Câmara Municipal de Natal, 2017).

Essa iniciativa da Patrulha Maria da Penha representa um avanço significativo no combate à violência contra a mulher no estado ao oferecer um acompanhamento mais próximo e especializado às vítimas, garantindo assim uma maior efetividade na aplicação das medidas protetivas e contribuindo para a prevenção e conscientização sobre essa grave questão social. Em 2022, durante uma audiência pública realizada na Câmara Municipal de Natal com o tema "Chega de Feminicídio", a Patrulha Maria da Penha foi fortemente destacada como uma ferramenta consolidada e eficaz na defesa de vítimas de violência. As estatísticas apresentadas por Judicler Cavalcanti, Coordenadora Geral da Patrulha Maria da Penha, comprovam que em Natal não há registro de casos de feminicídio entre as mulheres que são assistidas pela patrulha. Judicler explicou durante a audiência que "o nosso trabalho é com mulheres encaminhadas já com a medida protetiva, fazemos acompanhamento semanal para garantir a segurança delas" (Prefeitura do Natal, 2022).

Em 2012, foi instaurado o Núcleo de Apoio à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (NAMVID), criado no âmbito do MPRN por meio de um convênio com o Ministério

da Justiça. O Núcleo tem diversas atribuições e atuações no âmbito estadual, incluindo os seguintes projetos listados pelo MPRN (2022):

O projeto **Prevenção à Violência Doméstica em Locais de Trabalho** tem como objetivo realizar atividades de prevenção à violência doméstica contra a mulher em ambientes de trabalho, especialmente aqueles predominantemente masculinos. A iniciativa busca divulgar a Lei 11.340. Além disso, o projeto visa abrir discussões sobre questões de gênero, promovendo a conscientização e informando como identificar sinais de violência doméstica e familiar contra a mulher. Também oferece orientações sobre as medidas a serem tomadas em casos de violência, incentivando a denúncia e o acesso aos serviços de apoio e proteção disponíveis. Essa iniciativa do Núcleo de Apoio à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (NAMVID), no âmbito do Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN), é fundamental para sensibilizar e capacitar os trabalhadores, contribuindo para a construção de ambientes de trabalho mais seguros e livres de violência, e para o fortalecimento da rede de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade (Prefeitura do Natal, 2022).

A ação **Violência de Gênero** buscou criar um espaço de diálogo e reflexão, proporcionando aos estudantes a oportunidade de compreenderem melhor o que é a violência de gênero, suas diferentes formas de manifestação e impactos na vida das pessoas. Além disso, a iniciativa visou sensibilizar os adolescentes para a importância do respeito mútuo, da igualdade de gênero e do combate a qualquer tipo de violência ou discriminação. Essa ação nas escolas municipais representou um passo importante na educação para a prevenção da violência de gênero, contribuindo para a formação de uma geração mais consciente, respeitosa e comprometida com a construção de relações saudáveis e igualitárias (Prefeitura do Natal, 2022).

O **“Programa Reflexivo de Homens, Por Uma Atitude de Paz”** é um projeto que reúne um grupo de homens que respondem a processo judicial e estão envolvidos em contextos de violência doméstica e familiar contra a mulher. O objetivo do programa é promover uma profunda reflexão sobre suas atitudes, buscando prevenir novos atos violentos e estimular mudanças de comportamento. Atualmente, o programa é desenvolvido nos municípios de Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Macaíba, ampliando seu alcance e contribuindo para a construção de uma cultura de paz e respeito às mulheres. Esta iniciativa é fundamental para a educação e responsabilização dos agressores, além de ser uma importante ferramenta na luta contra a violência de gênero no estado (Prefeitura do Natal, 2022).

No estado há ainda organizações que prestam atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica, como:

O **Coletivo Autônomo Leila Diniz** é um projeto focado na demanda das mulheres, tanto nos movimentos sociais quanto no que diz respeito à violência contra a mulher. A organização trabalha desde 2002 fortalecendo as ações de prevenção realizadas no âmbito da Delegacia da Mulher, escolas e comunidades. Além disso, monitora as políticas públicas de segurança que causam impacto no cotidiano das mulheres e oferece suporte institucional e político às ações do Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte (Fundo Social Elas, 2022).

A **Associação de Mulheres de Parnamirim (AMPAR)** tem como missão proporcionar às mulheres em situação de abandono e violência o conhecimento de seus direitos e deveres sociais. Além disso, a AMPAR busca o desenvolvimento profissional dessas mulheres por meio de cursos com a finalidade de geração de renda no seio familiar e na sociedade (AMPAR, 2021).

Pode-se dizer que as políticas públicas que possuem destaque no Rio Grande do Norte quanto à problemática da violência contra as mulheres são restritas e ainda têm muito o que progredir, especialmente nas regiões afastadas da capital, pois estas possuem uma menor consolidação nas políticas da área. Contudo, o estado apresenta algumas estratégias que se tornam efetivas e de grande valia no combate à violência contra a mulher, como as atuações do NAMVID e das ONGs, apresentadas anteriormente.

2.4 Lei Maria da Penha

A criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) em 1985, através da Lei 7.353/85, foi um marco importante na luta das mulheres brasileiras pela igualdade social e pela garantia de seus direitos. Este Conselho foi estabelecido em um momento histórico significativo para o Brasil, logo após o período de ditadura militar que durou 21 anos, de 1964 a 1985 (Pintaguy de Romani, 2014). Esta lei foi criada com o objetivo de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Ela foi sancionada em 2006 e é considerada uma das leis mais avançadas do mundo no que diz respeito à proteção das mulheres.

O "lobby do batom" foi uma estratégia essencial para assegurar a presença e a voz das mulheres na Assembleia Constituinte de 1986 no Brasil. Coordenado pelo Conselho Nacional

da Mulher, este movimento nacional teve como meta central garantir que o novo texto da Constituição contemplasse os direitos e demandas defendidos pelo movimento feminista. Esta mobilização foi fundamental para que as questões de gênero fossem debatidas e incorporadas nas discussões constitucionais, resultando em avanços significativos para a igualdade de gênero e para os direitos das mulheres no país (Martins; Chaves, 2018).

A Constituição Federal promulgada em 1988 representou um marco importante ao garantir a igualdade formal entre homens e mulheres no Brasil. No entanto, mesmo com esses avanços, um dos tipos mais prevalentes de violência contra as mulheres, a violência doméstica e familiar, continuava sem uma resposta efetiva por parte do Estado (Brasil, 1988).

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, realizada em 1994 na cidade de Belém do Pará, marcou um momento crucial na história da luta contra a violência de gênero. Este importante evento internacional resultou na criação do decreto 1973/06, que desempenha um papel fundamental ao definir e reconhecer a violência contra as mulheres como uma grave violação dos direitos humanos. Ao estabelecer deveres claros para os estados signatários, o decreto tem como objetivo central criar condições efetivas para quebrar o ciclo de violência que aflige mulheres em todo o mundo (Brasil, 1996).

A Lei 11.340/2006, popularmente conhecida como "Lei Maria da Penha", é uma legislação emblemática no Brasil, criada em homenagem à farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes. Sua história de vida é marcada por uma terrível trajetória de violência doméstica nas mãos de seu próprio marido. Durante seis anos, ela foi vítima de agressões físicas e psicológicas, culminando em duas tentativas brutais de homicídio. No entanto, o marido desta só foi punido após 19 anos de ter ocorrido os crimes, ficando apenas dois anos preso no regime fechado.

Figura 4: Maria da Penha Maia Fernandes



Fonte: Jarbas Oliveira (2006)

No trecho citado de Dias (2010), é destacado o impacto e a repercussão que o caso de Maria da Penha teve não apenas nacionalmente, mas também internacionalmente. A situação de violência extrema pela qual Maria da Penha passou, somada à falta de resposta e ação efetiva do Estado brasileiro, levou o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o (CLADEM) a formalizarem uma denúncia perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da (OEA).

A Lei Maria da Penha trouxe inúmeros avanços, apesar da demora estatal em sua promulgação. Em primeiro lugar, observa-se uma maior conscientização da população após a publicação da lei, destacando a necessidade de toda a sociedade se envolver no combate à violência doméstica. Não mais encarada como um assunto de casal, a violência contra as mulheres passou a ser reconhecida como um problema social que demanda ação coletiva, incluindo políticas públicas, serviços de apoio e engajamento da comunidade para proteger e amparar as vítimas. Este aspecto representou uma mudança significativa na percepção e abordagem do tema, promovendo uma cultura de repúdio à violência de gênero e de apoio às mulheres em situação de vulnerabilidade (Correa, 2010).

Segundo Correa (2010), a Lei Maria da Penha marca o início de um novo tempo, pois essa norma jurídica transformou a abordagem dos casos envolvendo mulheres vítimas de violência. Antes, tais casos eram tratados pelo direito penal de forma muitas vezes irrelevante, enquadrados como crimes de menor potencial ofensivo. Esse marco representa uma mudança de um tempo em que as mulheres eram oprimidas, para a partir dessa lei tentarem recuperar sua dignidade.

É essencial ressaltar que a Lei 11.340/06 aborda cinco tipos de violência doméstica perpetrados contra as mulheres: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Estas formas de violência estão contempladas e protegidas pela lei quando ocorrem no âmbito doméstico ou familiar, sendo entendida como:

Art. 5º- Para os efeitos desta lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação e omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I- no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II- no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III- em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual. (Brasil, 2006).

Antes da criação da Lei 11.340/06, os crimes que resultavam nas diversas formas de violência abordadas por esse diploma legal eram considerados crimes de menor potencial ofensivo. Nesses casos, aplicava-se a Lei 9.099/95, conhecida como Lei dos Juizados Especiais Criminais, que foi criada especificamente para lidar com esse tipo de crime. Esta lei previa diversas medidas despenalizadoras, tais como a transação penal e a suspensão condicional do processo, também conhecida como sursis processual. Essas medidas muitas vezes resultavam em penas mais brandas ou na não efetivação das punições, o que, por consequência, não oferecia a devida proteção e amparo às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. A Lei Maria da Penha, ao estabelecer um marco específico e mais rigoroso para tais casos, representou uma mudança substancial na abordagem legal e na proteção dos direitos das mulheres em situação de violência.

Dessa forma, a legislação trouxe diversas inovações importantes, como medidas protetivas de urgência, que permitem que as mulheres vítimas de violência solicitem à justiça medidas como o afastamento do agressor do lar, a proibição de aproximação, entre outras, com o objetivo de garantir a segurança das vítimas e estabelece penas mais severas para os

agressores, ampliando o alcance da punição para diversos tipos de violência, seja ela física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral.

2.5 Contribuição da arquitetura em ambientes de apoio e assistência a mulheres vítimas de violência doméstica

A arquitetura tem sido uma constante na vida da humanidade ao longo dos anos, permeando diversas dimensões das relações humanas, como aspectos sociais, políticos e culturais. Ela não apenas permite o entendimento das histórias passadas, mas também contribui para a criação de novos espaços que participarão da transformação de uma nova narrativa social. Isso ocorre porque a arquitetura reflete os costumes de uma época vivida pelos seres humanos, revelando, por meio de hábitos e comportamentos, a concepção de ambientes projetados para grupos sociais específicos.

A arquitetura não é apenas um abrigo ou refúgio, uma habitação ou um edifício; as questões que a envolvem têm implicações epistemológicas, ontológicas e políticas. Na complexidade das funções material, cultural e metafísica, a ideia de arquitetura que circula é mais ou menos consensual, embora abstrata e simplista, vagueando entre a racionalidade e a tecnologia por um lado, e a arte e criatividade por outro (Antunes, 2015, p.3).

A arquitetura humanizada propõe a criação de espaços arquitetônicos projetados para atender às necessidades de seus usuários, considerando a interação entre os ambientes e as pessoas que os utilizarão. Ela se fundamenta na capacidade de proporcionar ao usuário uma sensação de conforto, serenidade, segurança e confiança. De acordo com Ciaco (2010), independentemente de onde o ser humano se encontre, seja em uma residência simples, em um apartamento, em um escritório, em um consultório ou em um hospital, se o ambiente interage de maneira positiva com seu usuário, pode ser considerado um espaço humanizado.

Diante desse contexto, pode-se afirmar que a humanização da arquitetura deve ser aplicada em diversos tipos de espaços. Esse conceito permite aliviar o sofrimento de indivíduos que enfrentam momentos difíceis em ambientes projetados por profissionais capacitados, com o objetivo de oferecer soluções que promovam uma sensação de segurança e emoções positivas, contribuindo de maneira significativa e direta para o tratamento e o bem-estar do ser humano.

A humanização nada mais é que a mudança de atitudes e comportamentos por parte de gestores e profissionais, colaborando com novas ideias e iniciativas a fim de garantir uma melhoria no atendimento dos usuários, além de evolução no espaço arquitetônico, visto que este interfere na qualidade de vida e na satisfação das pessoas que a utilizam. (Guedes, 2017, p.29).

De acordo com Waldow e Borges (2011), humanizar é reconhecer a essência humana na ação, o que implica cuidado, pois apenas o ser humano é capaz de oferecer um cuidado completo, ou seja, de maneira tanto natural quanto consciente, integrando aspectos racionais e sensíveis. Dessa forma, é essencial conectar os conceitos de humanização e cuidado, considerando que o cuidado deve ser abordado como uma atitude ou ação executada de maneira humanizada, fazendo com que o cuidado se torne uma consequência natural da humanização.

É fundamental destacar que mulheres em situação de violência enfrentam um difícil trajeto de humilhação e medo, resultando em traumas profundos, tanto externos quanto internos. Portanto, é essencial que a vítima receba acolhimento e cuidados adequados no ambiente planejado. Deslandes (2004), ressalta que a humanização se contrapõe à violência, incluindo maus-tratos físicos e psicológicos. Dessa forma, evidencia-se o valor da humanização em instituições que acolhem mulheres, pois essas instituições lidam especificamente com indivíduos que sofreram algum tipo de violência.

A arquitetura inclusiva é a arquitetura que respeita a diversidade humana e gera acessibilidade para todos. Esse paradigma marca uma nova cultura e um caminho promissor aos profissionais que concebem os espaços. [...] O desafio de produzir para todos é enriquecedor e os resultados são sentidos diretamente. Há uma melhora significativa na vida dos usuários e o papel social do profissional aumenta com a conquista. (Mello, 2014).

Posto isso, Ornstein (2005), afirma que o usuário deve ser o foco principal na criação dos ambientes, de modo que todas as estratégias de projeto sejam direcionadas a atender às necessidades desse indivíduo.

2.6 Arquitetura biosustentável em ambientes de apoio

Um projeto arquitetônico elaborado segundo os princípios da sustentabilidade visa primordialmente criar uma construção que assegure uma interação eficaz entre o usuário, o edifício e o ambiente ao redor. Essa abordagem tem como meta otimizar o uso de energia e proporcionar ambientes de elevada qualidade. O projeto deve enfatizar o conforto ambiental, considerando desde o princípio as condições climáticas locais, promovendo, assim, um

equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, a equidade social e a preservação do meio ambiente (Brasil, 2014).

É essencial destacar a relevância de integrar estratégias de sustentabilidade desde as etapas iniciais do projeto arquitetônico para garantir uma maior eficiência ao final do processo. Ao avaliar minuciosamente todas as opções disponíveis em um projeto, que incluem desde o desempenho técnico dos materiais até a vivência estética e sensorial, é possível obter um resultado arquitetônico mais impactante e melhor ajustado às condições locais (Lamberts; Dutra e Pereira, 2014), garantindo assim o bem-estar dos usuários.

Em um projeto focado na sustentabilidade, diversos componentes são incorporados com base em estudos bioclimáticos. Posto isso, no projeto de estudo em questão foram levadas em consideração abordagens como:

- **Ventilação e iluminação natural:** tanto a ventilação quanto a iluminação natural são práticas sustentáveis eficientes na economia de energia. A ventilação natural pode auxiliar na redução da temperatura dos ambientes e no controle da umidade mantendo assim a boa qualidade do ar interno. A iluminação natural, por sua vez, além de ajudar na minimização do uso de energia elétrica, é benéfica para uma melhor qualidade de vida e bem-estar.
- **Vegetação:** A vegetação pode ser vista como um dos principais fatores de sustentabilidade ambiental, uma vez que reduz os impactos negativos da urbanização e tem o potencial de melhorar a qualidade ambiental, o que justifica sua preservação no espaço urbano (Bargos e Matias, 2012). Além disso, a implementação de árvores no ambiente, promove sombreamento natural e renovação do ar.
- **Brises e cobogós:** Os brises em ambientes internos e externos desempenham uma função fundamental no controle da luz solar, auxiliando na regulação da entrada de luz natural e na diminuição da exposição direta ao sol, o que previne o aquecimento excessivo dos espaços. Ademais, eles favorecem a eficiência energética, pois, ao restringir a entrada de calor, diminuem o consumo de energia para climatização (Vieira, 2021). Já os cobogós, se combinam com as paredes sólidas, filtrando a luz e permitindo a passagem da brisa. Assim como os brises,

podem ser aplicados tanto no exterior quanto no interior, com o propósito de funcionalidade ou até mesmo como elemento decorativo (Vieira, 2021).

- **Tijolinhos ecológicos:** Os tijolinhos utilizados em paredes oferecem uma estética clássica e versátil, possuem durabilidade e são resistentes, suportando bem as intempéries e exigindo pouca manutenção ao longo do tempo. Outro benefício importante é o isolamento térmico que proporcionam, ajudando a manter a temperatura interna mais estável e, consequentemente, contribuindo para a eficiência energética do edifício. Além disso, também possuem propriedades acústicas que podem ajudar a reduzir o ruído externo, tornando o ambiente interno mais confortável (Oliveira et al., 2019).
- **Telhas termoacústicas:** Tem como objetivo oferecer uma série de benefícios significativos para edificações, destacando-se pelo seu isolamento térmico e acústico. Elas reduzem a transmissão de calor, mantendo a temperatura interna mais estável, reduzindo a absorção do calor externo e, consequentemente diminuindo a necessidade de ar-condicionado, o que resulta em economia de energia. Além disso, essas telhas também atuam como barreiras contra ruídos externos, proporcionando um ambiente interno mais silencioso e confortável (Andrade, 2009).

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A metodologia empregada no estudo ajuda a entender as abordagens usadas para alcançar os objetivos definidos. Ela esclarece as ferramentas utilizadas e serve de base para a organização deste estudo conforme descrito nos capítulos seguintes. Nesta fase da pesquisa, será apresentado o percurso metodológico e detalhado como os dados foram coletados e analisados.

3.1 Percurso metodológico

O processo de formulação desta pesquisa teve início através da revisão de diversas fontes bibliográficas, tais como livros, artigos de eventos acadêmicos, teses e dissertações relacionadas ao tema em questão. O objetivo foi compilar as principais análises, debates e considerações feitas até o momento sobre o assunto. Além disso, foram analisados projetos similares para adquirir conhecimento que auxiliassem na identificação das necessidades específicas dos usuários, as quais desempenham um papel crucial na elaboração de um esboço do anteprojeto.

Foi essencial conduzir uma análise direta no município de Pau dos Ferros, no estado do Rio Grande do Norte, para compreender o cenário, particularmente em relação ao índice de mulheres vítimas de violência doméstica. O processo teve início na Delegacia de Polícia Civil, onde foram conduzidas entrevistas breves com alguns profissionais locais, com o intuito de obter informações adicionais sobre o problema, com destaque para casos notificados de violência doméstica contra mulheres nos últimos anos. Para ampliar a investigação, uma segunda fase da pesquisa foi conduzida no Centro de Apoio Psicossocial (CAPS), para obtenção de dados acerca de casos notificados de violência doméstica, bem como na permanência das vítimas em relação ao tratamento oferecido.

Durante as visitas à área de estudo, o objetivo primordial era compreender as características urbanas que a influenciam. Para isso, foram registradas fotografias abrangendo todo o conjunto, incluindo o bairro em questão e sua vizinhança imediata. Adicionalmente, foram capturadas imagens da área central da cidade, num raio de cerca de 500 metros, para registrar os equipamentos urbanos mais relevantes nas proximidades do objeto de estudo. Para

a elaboração dos mapas de gabarito, ocupação e uso do solo, vegetação e hierarquia das vias, recorreu-se ao programa Autocad versão 2024. Os dados utilizados como base para esses mapas foram fornecidos pela Prefeitura e complementados com imagens de satélite obtidas por meio do Google Earth Pro versão 7.3.3. Adicionalmente, durante as visitas ao local, realizou-se um levantamento fotográfico específico para o estudo preliminar do bairro. Esse material visual foi essencial para compreender a situação atual e identificar áreas passíveis de intervenção.

Por fim, foi conduzido o estudo do anteprojeto do CAPS, utilizando-se dos programas Autocad versão 2024, SketchUp Pro versão 2022 e Vray versão 5.0 para a produção de imagens renderizadas. Essas ferramentas permitiram uma visualização mais precisa e detalhada da proposta, contribuindo para o planejamento e a tomada de decisões no processo projetual.

4 ESTUDOS DE CASO

Este capítulo se dedica a estudar projetos de referência relacionados ao tema proposto, a fim de analisar seus programas arquitetônicos, compreender suas diretrizes em termos de arquitetura, forma, conforto, materiais, aspectos de sustentabilidade e, principalmente, as atividades desenvolvidas em um projeto de um CAPS. O objetivo é orientar as propostas arquitetônicas a serem incluídas no estudo preliminar.

4.1 Centro Comunitário, Peñalolén, Chile.

O edifício Centro de Atenção Comunitário, elaborado pelo escritório Gubbins Arquitectos e Talhouk Arquitectos, abrange uma extensão de 2946m², oferecendo uma ampla variedade de espaços funcionais e acolhedores em sua localização no Peñalolén, no Chile. Este projeto engloba um conjunto de edifícios funcionais e abertos, meticulosamente planejados para atender às diversas necessidades e aspirações da comunidade local, destacando-se o fomento ao encontro comunitário, ao desenvolvimento humano e à participação social (Gubbins Arquitectos, 2015).

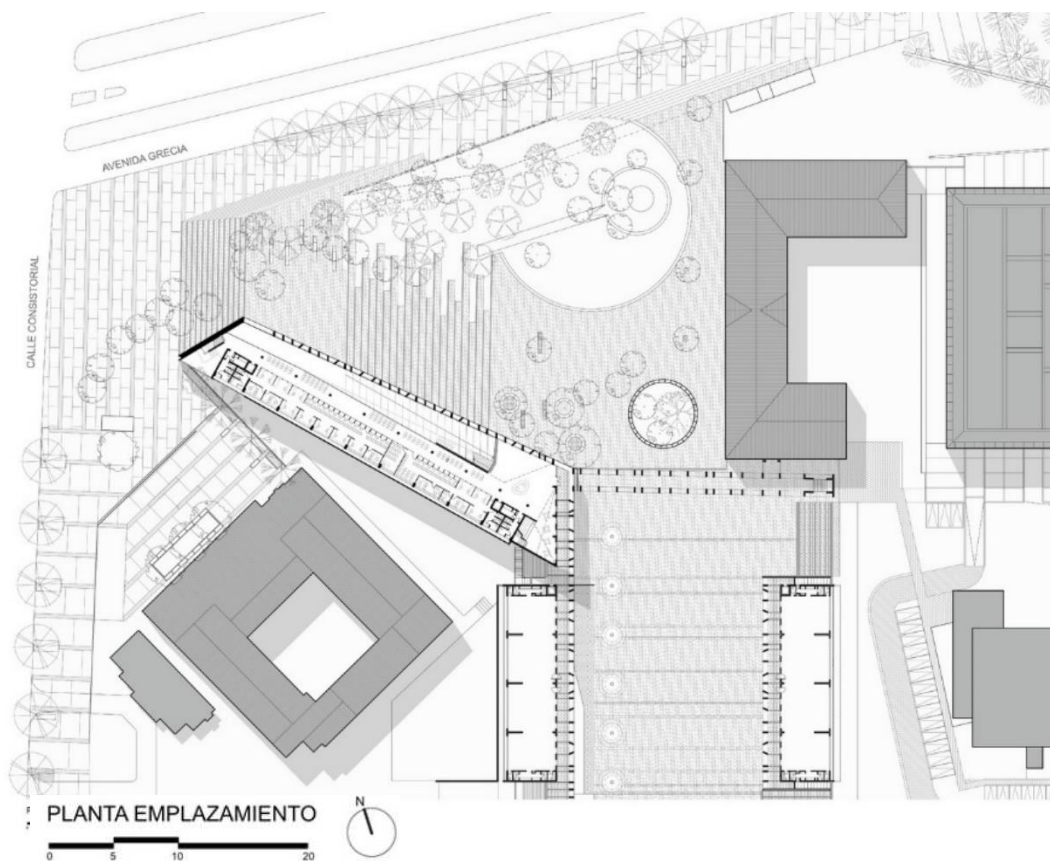
Figura 5: Fachada Centro Comunitário, Peñalolén, Chile



Fonte: Cortesia de Gubbins Arquitectos (2015)

A proposta inclui um acesso estratégico a partir da esquina Grécia-Consistorial, proporcionando um caminho direto até o coração do bairro, a sua praça central. Esta abordagem dinâmica do espaço envolve um conjunto de cheios e vazios, onde os primeiros assumem a imagem e a funcionalidade de portas convidativas, induzindo os moradores a explorarem o espaço comunitário. Além disso, a volumetria do projeto é planejada para realçar o valor patrimonial do edifício, contribuindo para a identidade visual do bairro. Buscam reinterpretar a solidez e a expressão de massa presentes na arquitetura da atual prefeitura, enquanto a própria estrutura da fachada é projetada de forma a regular a entrada de luz solar, criando um ambiente interno confortável e sustentável para os usuários (Gubbins Arquitectos, 2015).

Figura 6: Planta de Implantação - Centro Comunitário, Peñalolén, Chile

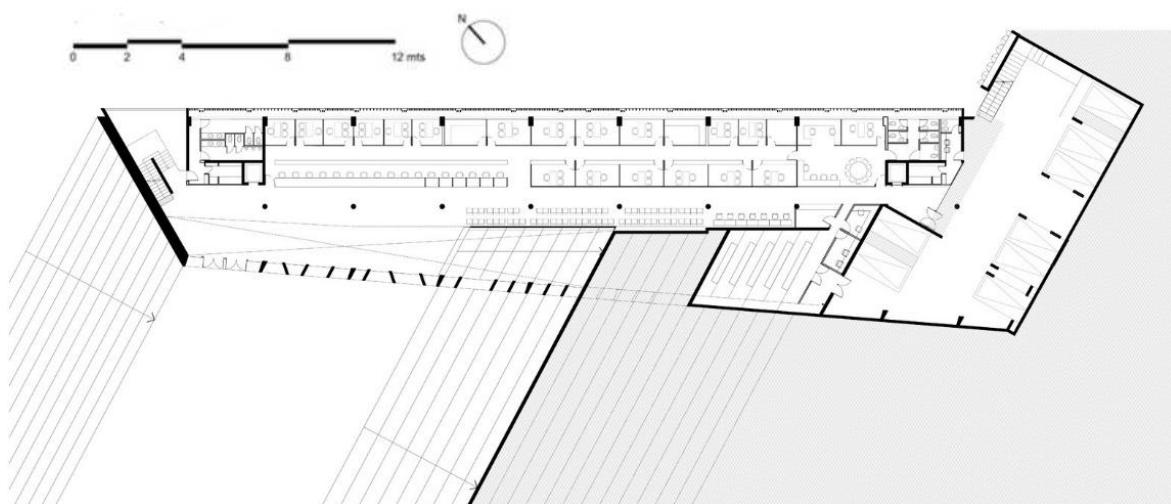


Fonte: Gubbins Arquitectos (2015)

A edificação conta com o pavimento térreo e outros dois pavimentos superiores, entre os ambientes presentes, se destaca salas de reunião equipadas com tecnologia moderna. Os ambientes internos incluem salas multiuso, adaptáveis para uma variedade de usos, desde aulas educativas até eventos culturais, permitindo que o centro atenda a uma ampla gama de

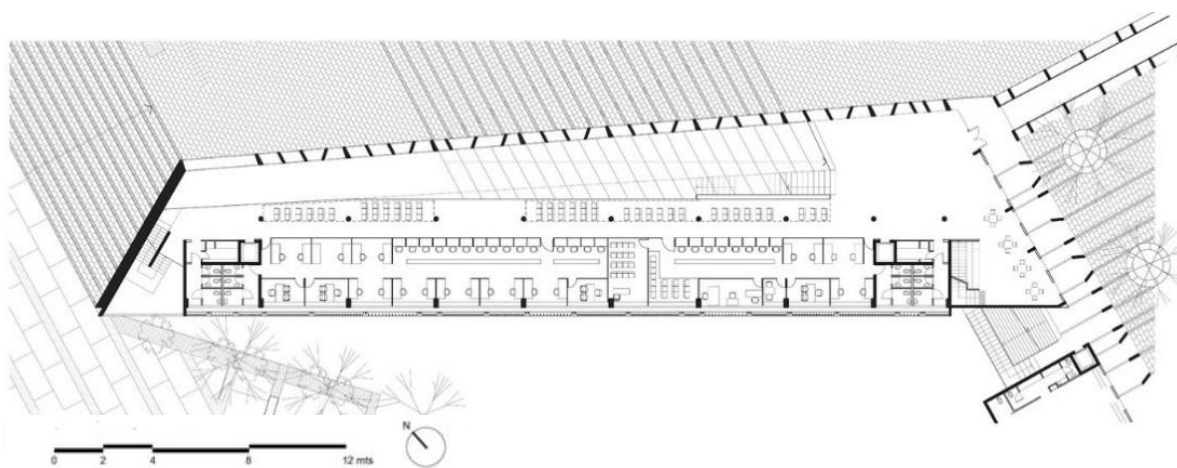
necessidades da comunidade, garantindo que seja um local dinâmico e relevante para todos os residentes. Possui também áreas recreativas ao ar livre, como praças e jardins, que proporcionam um ambiente tranquilo para as atividades (Gubbins Arquitectos, 2015).

Figura 7: Planta baixa térreo - Centro Comunitário, Peñalolén, Chile



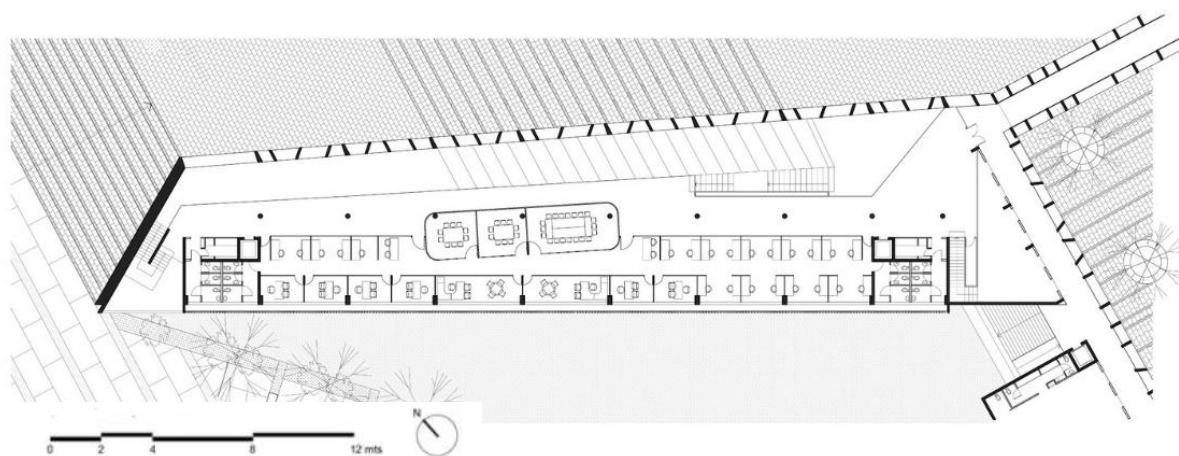
Fonte: Gubbins Arquitectos (2015)

Figura 8: Planta baixa primeiro pavimento - Centro Comunitário, Peñalolén, Chile.



Fonte: Gubbins Arquitectos (2015)

Figura 9: Planta baixa segundo pavimento - Centro Comunitário, Peñalolén, Chile.



Fonte: Gubbins Arquitectos (2015)

O conceito por trás deste centro de atenção comunitária vai além da simples funcionalidade dos edifícios, busca-se promover um ambiente que inspire a interação social e o crescimento coletivo. Com espaços abertos e áreas de encontro cuidadosamente integradas ao projeto, o local se torna mais do que um conjunto de construções, transformando-se em um ponto de referência para a comunidade, um espaço para compartilhar ideias, celebrar conquistas e fortalecer laços (Gubbins Arquitectos, 2015).

A dinâmica de cheios e vazios não apenas adiciona uma dimensão estética interessante ao projeto, mas também serve a um propósito prático, criando espaços versáteis que podem ser adaptados para diferentes atividades comunitárias. Essa flexibilidade é fundamental para garantir que o centro atenda às demandas em constante evolução da população local, oferecendo um local acolhedor e funcional para eventos, programas educacionais, reuniões e muito mais no âmbito da sustentabilidade, a regulação da luz solar pela fachada não só contribui para a eficiência energética do edifício, mas também cria ambientes internos agradáveis e bem iluminados. (Gubbins Arquitectos, 2015).

A utilização de materiais auxiliará no desenvolvimento da proposta, na qual se inserem o ripado, os brises e as esquadrias altas. Esses elementos não apenas agregam valor estético, mas também desempenham funções importantes, como a otimização da iluminação natural e a eficiência energética. Com a escolha adequada desses materiais, será possível criar um ambiente harmonioso e funcional, atendendo às necessidades do projeto de forma sustentável.

4.2 The Ada and the Tamar De Shalit House – Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica

O "The Ada and the Tamar De Shalit House" é um abrigo fundado em 2018 pelo grupo internacional "No To Violence", localizado próximo à cidade de Tel-Aviv, em Israel. Este abrigo foi cuidadosamente projetado pelo escritório de arquitetura Amos Goldreich Architecture em colaboração com a empresa local Jacobs-Yaniv Architects (Amos Goldreich Architecture, 2018).

Figura 10: Fachada secundária do edifício - The Ada and the Tamar De Shalit House.



Fonte: Amit Geron (2018)

O centro, situado em um terreno de 1.600m², tem a capacidade de abrigar até 12 famílias. Para seu funcionamento completo, suas atividades são organizadas em diversas áreas, incluindo espaços compartilhados, jardim de infância, sala de informática, lavanderia, cozinha e refeitório. Cada família tem suas próprias dependências independentes, assim como há alojamentos para os funcionários e áreas de escritório para o gerente do edifício e demais colaboradores. A instituição oferece uma variedade de serviços, como terapeutas artísticos, esteticistas, cabeleireiros, massagistas, praticantes de artes marciais, além de professores de ensino infantil e informática - todos prestados por voluntários (Amos Goldreich Architecture, 2018).

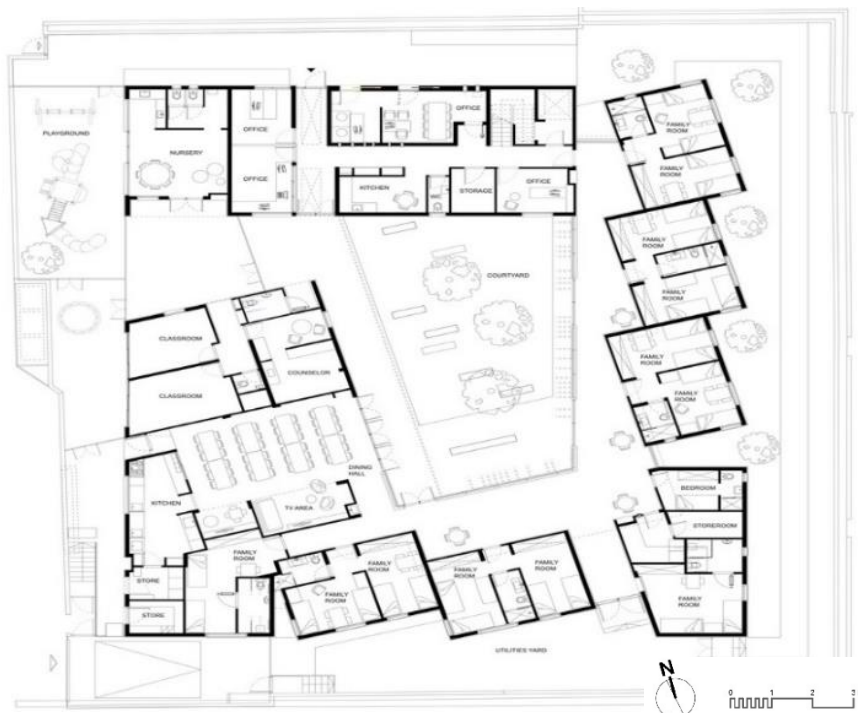
O edifício foi concebido em torno de um amplo pátio, de onde se ramificam os ambientes mencionados anteriormente. Na planta baixa (Figura 12), nota-se uma organização funcional, com os alojamentos e as instalações de apoio diário (lavanderia, cozinha, refeitório, etc.) dos residentes localizados em um lado do terreno, em um único edifício. Por outro lado, o setor administrativo está posicionado no lado oposto, ao lado do jardim de infância, e ambos os setores são interligados por um corredor interno, uma "rua", adjacente ao pátio central, como pode ser visto a seguir (Figura 12).

Figura 11: Espaço interno de recreação - The Ada and the Tamar De Shalit House



Fonte: Amit Geron (2018)

Figura 12: Planta baixa da edificação - The Ada and the Tamar De Shalit House



Fonte: Amos Goldreich Architecture (2015)

Entre os principais requisitos e limitações do projeto, destaca-se a seleção da localização em um bairro residencial tranquilo, proporcionando fácil acesso a lojas, oportunidades de emprego, clínicas, escolas, parques, centros de aconselhamento e áreas de recreação. Essa escolha foi feita com o objetivo de assegurar a segurança e a independência das usuárias, criando um ambiente seguro e conveniente tanto para elas quanto para suas famílias (Amos Goldreich Architecture , 2018).

Além disso, foi priorizado o objetivo de minimizar os impactos da construção no entorno. Para alcançar isso, optou-se pelo uso de materiais locais na construção, como os tijolos de silicato nas fachadas. A instalação de energia fotovoltaica para o aquecimento de água e a implementação de sistemas de ventilação natural nos ambientes também foram medidas adotadas. O projeto paisagístico inclui o uso de plantas nativas e a criação de um jardim de ervas destinado ao uso dos funcionários da cozinha. Essas escolhas não apenas tornam o ambiente mais agradável, mas também promovem a integração com a natureza e o bem-estar de todos os frequentadores do centro (Cancian, 2019).

Figura 13: Material utilizado nas fachadas - The Ada and the Tamar De Shalit House



Fonte: Amit Geron, (2018)

Este projeto incorpora estratégias que garantem as características necessárias para esse tipo de edificação: um ambiente seguro e harmonioso. Isso é alcançado através de diversos aspectos, incluindo o uso de materiais locais e fachadas, o paisagismo integrado à proposta do projeto, a setorização que assegura autonomia, dinamismo e interação entre os usuários, e o programa funcional abrangente que oferece toda a assistência necessária, além de uma variedade de cursos e serviços (Cancian, 2019).

O programa de necessidades auxiliará no desenvolvimento do programa funcional da proposta, com a utilização de materiais como o tijolo nas fachadas. Essa escolha não apenas confere um caráter estético e atemporal ao projeto, mas também oferece vantagens como a durabilidade e a eficiência térmica. Além disso, a combinação de tijolos com outros elementos construtivos permitirá criar uma identidade visual única, integrando a edificação ao seu contexto e promovendo um ambiente agradável e sustentável para seus usuários.

4.3 Casa da Mulher Brasileira/ CMB – Brasil

A Casa da Mulher Brasileira é um centro integrado de atendimento e apoio a mulheres vítimas de violência doméstica, lançado em março de 2013 pelo governo federal brasileiro como parte do programa "Mulher Viver sem Violência". Localizado em Brasília, Brasil, esta casa foi idealizada pelos arquitetos Marcelo Pontes, Paul Holfiger e Valéria Laval. O objetivo desse centro é oferecer um espaço único onde as mulheres possam ter acesso a diversos serviços necessários para enfrentar a violência doméstica, incluindo acolhimento, apoio psicossocial, orientação jurídica, delegacia especializada, defensoria pública, entre outros. Com uma área construída de 3.668,96 metros quadrados, a edificação representa um importante marco no combate à violência de gênero no país, oferecendo suporte abrangente e especializado para mulheres em situação de vulnerabilidade (Gonçalves, 2015).

A Casa da Mulher Brasileira é a concretização de uma política de tolerância zero contra quaisquer formas de violência contra as mulheres (violência doméstica e familiar, violência sexual, institucional, tráfico de pessoas, assédio). Um lugar que acolhe, apoia e liberta (Gonçalves, 2015, p.5).

A casa da Mulher Brasileira, uma das ações previstas no programa “Mulher: Viver sem Violência”, é um espaço de acolhimento e atendimento humanizado e tem por objetivo geral prestar assistência integral e humanizada às mulheres em situação de violência, facilitando o acesso destas aos serviços especializados e garantindo condições para o enfrentamento da violência, o empoderamento e a autonomia econômica das usuárias (Gonçalves, 2015, p.14).

Figura 14: Fachada da edificação - Casa da Mulher Brasileira/ CMB – Brasil



Fonte: Agência Brasil (2023)

A Casa da Mulher Brasileira segue um projeto padrão para ser replicado em diferentes regiões do Brasil. Sua estrutura é planejada para integrar diversos serviços especializados, tais como psicologia, advocacia, assistência social, e outros. Esses setores são dispostos ao redor de um pátio central, a disposição em torno de um pátio tem o objetivo de integrar os ambientes e criar um espaço seguro e acolhedor para as mulheres que buscam apoio. Além disso, o pátio, como mostrado na figura 14, permite um maior aproveitamento da iluminação natural ao redor dos setores da edificação. Essa abordagem arquitetônica não apenas torna o ambiente mais agradável para as usuárias, mas também contribui para uma eficiência energética e sustentabilidade do edifício, ao reduzir a dependência de iluminação artificial durante o dia. A ideia é criar um espaço que não apenas ofereça serviços essenciais, mas também promova o bem-estar e a recuperação das mulheres (Gonçalves, 2015).

Figura 15: Pátio interno - Casa da Mulher Brasileira/ CMB – Brasil



Fonte: Agência Brasil (2023)

O sistema construtivo utilizado na edificação é de alvenaria estrutural. Esse método foi escolhido visando a redução de custos e o tempo menor de construção, especialmente por se tratar de uma obra pública de grande importância social. Apesar de o projeto ser o mesmo para todas as unidades da Casa da Mulher Brasileira, os projetistas mencionaram que ele será ajustado de acordo com as condições de cada terreno específico. Isso significa que, embora a estrutura geral e o conceito sejam os mesmos, adaptações podem ser feitas para se adequar às particularidades de cada local (Gonçalves, 2015).

Os arquitetos optaram por uma solução modular, dividindo o espaço em módulos de 65x65 metros. Cada um desses módulos abriga uma função ou serviço específico dentro da Casa da Mulher Brasileira. Essa abordagem modular não só facilita a construção e a organização do espaço, mas também permite uma certa flexibilidade para ajustes conforme necessário. Assim, a combinação do sistema construtivo de alvenaria estrutural com a abordagem modular dos módulos de 65x65 metros proporciona eficiência na construção, redução de custos e uma adaptação inteligente do projeto às diferentes condições dos terrenos onde as unidades da Casa da Mulher Brasileira serão construídas (Gonçalves, 2015).

O programa de necessidades auxiliará no desenvolvimento do programa funcional da proposta, inserindo alguns serviços como terapias, assistente social e psicologia. Essa abordagem integrada visa atender às demandas multifacetadas dos usuários, proporcionando suporte emocional, psicológico e social. Com a implementação desses serviços, espera-se criar um ambiente acolhedor e acessível, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida dos atendidos. Além disso, a colaboração entre as diferentes áreas permitirá um atendimento mais holístico e eficaz, fortalecendo a rede de apoio e incentivando a participação ativa da comunidade.

4.4 Análise Comparativa dos estudos de caso

Considerando os aspectos centrais de cada correlato exposto, o quadro comparativo (Figura 16) simplificará a análise dessas referências, melhorando a compreensão acerca das orientações e determinações do estudo preliminar. Sendo assim, por meio deste é possível

identificar alguns dos aspectos que serão adotados na elaboração da proposta projetual em questão.

Figura 16: Quadro comparativo de correlatos

CORRELATOS	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
Centro Comunitário, Peñalolén, Chile	• Serviços gerais para a comunidade; • Áreas recreativas ao ar livre; • Edificação sustentável; • Implantado em uma área residencial; • Integração do meio externo com o meio interno.
The Ada and the Tamar De Shalit House Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica	• Serviços para mulheres vítimas de violência doméstica; • Áreas recreativas ao ar livre; • Alojamentos para as vítimas e suas famílias, como também para os funcionários; • Instalações de apoio diário; • Implantado em uma área residencial; • Paisagismo com plantas nativas; • Edificação sustentável;
Casa da Mulher Brasileira/ CMB – Brasil	• Serviços para mulheres vítimas de violência doméstica; • Áreas recreativas ao ar livre; • Implantado em uma área residencial; • Edificação sustentável.

Fonte: Autoria própria (2024)

Dessa forma, é possível observar que houve uma preocupação em relação as características relacionadas a sustentabilidade, onde foi aplicada elementos com estruturas adequadas, como também áreas verdes abertas mediante a implantação das edificações.

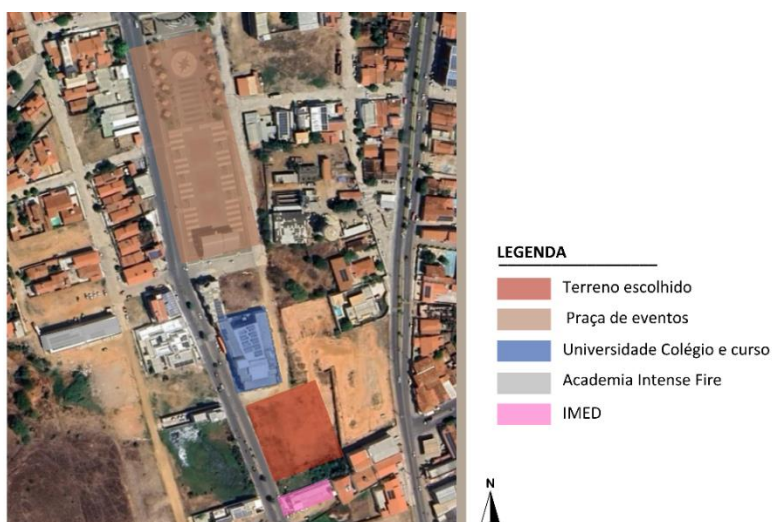
5 ETAPA PRÉ – PROJETUAL

Neste capítulo, discute-se a área definida para o projeto e sua vizinhança, abrangendo um raio de 300 metros e identificando os principais elementos urbanos. Inicialmente, foi necessário obter informações precisas sobre a localização do terreno. Em seguida, serão realizadas análises morfológicas do entorno, destacando áreas ocupadas e livres, tipos de construções, gabaritos das edificações, sistema viário, vegetação predominante e topografia. Além disso, serão considerados os aspectos ambientais e os requisitos legais relevantes para o processo de projeto, incluindo o plano diretor, código de obras, código florestal e outros documentos essenciais.

5.1 Características do terreno e seus fatores projetuais

Localizado no bairro Aluísio Diógenes, nas proximidades da Praça de Eventos Nossa Senhora da Conceição, o terreno possui uma posição estratégica, pois está situado em uma rua de grande movimento de veículos e pedestres, tanto durante o dia quanto à noite. Durante o dia, o fluxo é concentrado em escolas, clínicas de saúde, postos de gasolina, banco e academia, enquanto à noite, são os restaurantes e a própria Praça que mais contribuem para a circulação de pessoas na região.

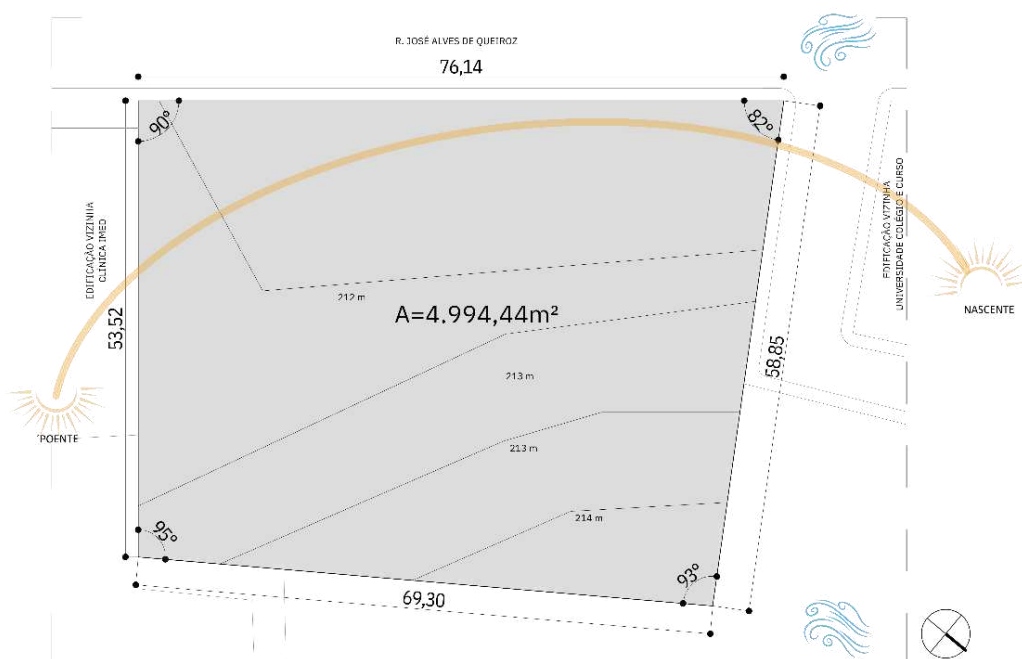
Figura 17: Definição da área geográfica e limites do terreno



Fonte: Adaptado de Google Earth (2024)

Através da análise topográfica (Figura 17) realizada utilizando o software Global Mapper, observou-se que o terreno está localizado em uma região com pouca inclinação, com a altitude máxima de 214 m e a mínima de 212 m, resultando em uma diferença de apenas 2m entre o ponto mais alto e o mais baixo. Quanto às suas dimensões, a frente do terreno (oeste), que fica voltada para a rua José Alves de Queiroz, tem 76,14 m de comprimento, enquanto o lado direito (norte) mede 58,85 m, o fundo (leste) possui 69,30 m e o lado esquerdo (sul) tem 53,52 m. Além disso, é possível analisar o movimento do sol e a prevalência dos ventos. A face principal do terreno (orientada para o leste) está situada no lado poente, o que significa que recebe luz solar principalmente durante a tarde, enquanto os ventos predominantes vêm das direções sudeste e nordeste.

Figura 18: Disposição do terreno em relação à incidência solar, direção dos ventos e características topográficas



Fonte: Adaptado de Global Mapper (2024)

A visita no local permitiu verificar os aspectos físicos do terreno. Na Figura 19, apresenta-se uma foto da frente do terreno, que servirá como acesso principal à construção, enquanto na Figura 20, temos uma vista diagonal da face nordeste. É possível observar uma estrada de terra ao lado da Universidade Colégio e curso, conectando a Rua Omar de Freitas e

a Avenida da Independência. No entanto, durante o levantamento, constatou-se que essa via é pouco utilizada, tanto por veículos quanto por pedestres.

Figura 19: Terreno de estudo



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Figura 20: Terreno de estudo



Fonte: Acervo pessoal (2024)

5.2 Condicionantes físicos e legais

Durante a elaboração do projeto arquitetônico, serão levadas em consideração diversos condicionantes, incluindo as climáticas, físicas e legais. Por estar localizado em uma região de clima semiárido, é fundamental considerar as condições bioclimáticas, como a predominância dos ventos e a incidência solar. Para isso, serão utilizadas as análises e estudos realizados nesta pesquisa, visando criar um edifício com excelente desempenho energético e conforto térmico.

Além disso, outros aspectos importantes a serem considerados são a topografia e a vegetação existente. Também serão utilizadas normas que são cruciais para garantir um projeto funcional, como o Plano Diretor de Natal e de Pau dos Ferros, o Código de Obras, a Norma Brasileira 9050/20 (NBR 9050) que trata de acessibilidade para pessoas com deficiência, o Código de Segurança e Prevenção contra Incêndio, e a Resolução RDC nº50, que estabelece diretrizes para a construção de estabelecimentos de saúde, entre outros.

5.3 Estudo de morfologia urbana

O estudo da Morfologia Urbana abrange a compreensão da estrutura de uma cidade, seus elementos físicos essenciais que a moldam, bem como os agentes e processos responsáveis por sua evolução e crescimento. Através dessa análise, é possível identificar um sistema de características estruturais que permitem a interpretação e compreensão de uma área urbana em diferentes escalas.

Na investigação da morfologia urbana de uma determinada região da cidade de Pau dos Ferros, diante da definição de Del Rio (1990), que envolve a análise do tecido urbano e seus componentes construídos, resultantes de sua evolução, modificações, interações sociais e processos concebidos. Para isso, foi utilizado no Google Earth e visitas técnicas ao local, permitindo uma análise da área como uma entidade organizada, compreendendo sua estrutura formal urbana e examinando os processos e elementos de sua formação.

5.3.1 Dominialidade

Dominialidade refere-se ao estudo dos espaços públicos e privados, onde se destaca as áreas construídas em contraste com os vazios urbanos através da elaboração de um mapa de ocupação. Esse mapa possibilita a visualização do traço urbano, incluindo áreas mais adensadas e traçado das ruas.

No Mapa 01, encontramos a representação do mapa de cheio e vazios. Observa-se um forte agrupamento de construções na parte leste, enquanto na zona oeste, a maioria dos lotes permanece vazia, com poucas edificações, geralmente residenciais. Isso evidencia claramente a distinção entre a parte mais antiga e a mais recente da cidade: a primeira é caracterizada por uma ocupação significativa, com uma variedade de usos, incluindo comércios, pousadas, postos de gasolina, clínicas, entre outros, enquanto a segunda consiste em áreas com baixa densidade de ocupação.

O terreno escolhido para o CAPS, se destaca por sua localização privilegiada e de fácil acesso. Essa posição estratégica não apenas favorece o fluxo de pessoas e recursos, mas também torna a cidade um ponto central para o desenvolvimento regional, pois Pau dos Ferros é uma cidade polo que oferece suporte às localidades vizinhas. A infraestrutura bem planejada contribui para que Pau dos Ferros se torne um verdadeiro hub de serviços e oportunidades, beneficiando tanto os habitantes locais quanto aqueles que vêm de cidades próximas.

Mapa 01: Cheios e vazios



Fonte: Silva Neto adaptado do AutoCAD (2024)

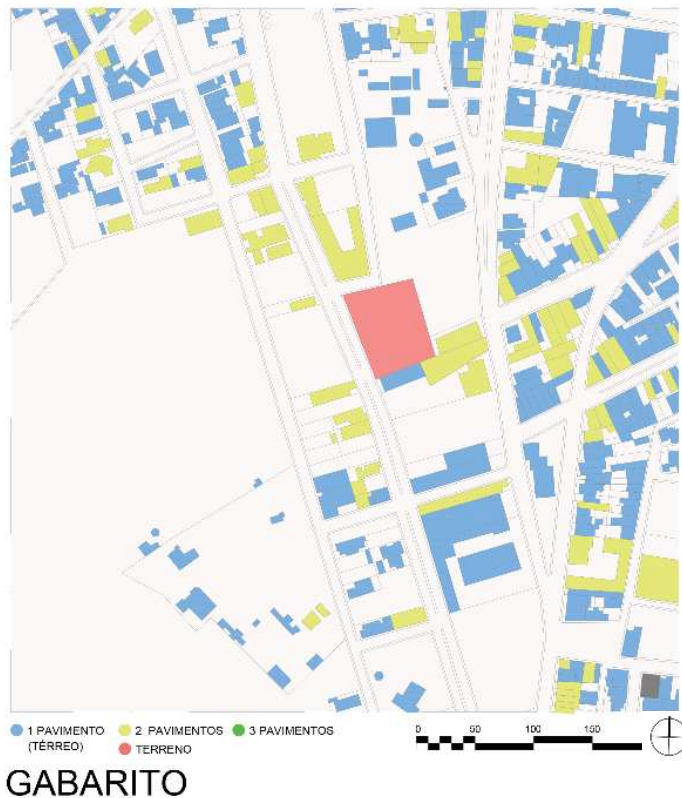
5.3.2 Gabarito

O mapa de gabarito (Mapa 02) indica que a maioria das construções na área são de um único pavimento, embora também haja uma proporção significativa de edifícios de dois pavimentos, e apenas um de três pavimentos. Observa-se que nos arredores imediatos do terreno, a maioria dos prédios é mais alto. Isso reflete a diversidade de usos e ocupações presentes na subárea. Muitas dessas construções são destinadas a fins comerciais, institucionais e de serviços, o que muitas vezes requer estruturas mais altas para acomodar todas as suas necessidades.

O projeto propôs um gabarito térreo, promovendo uma continuidade com os lotes vizinhos, que também predominam nessa configuração. Essa escolha garante uma integração harmoniosa com o entorno, permitindo que a edificação se insira de forma coesa na paisagem local. Ao mesmo tempo, sua proporção e estética fazem com que se destaque entre os demais,

valorizando a área e contribuindo para a identidade visual do espaço. Essa abordagem não apenas respeita a característica da região, mas também enriquece o ambiente urbano.

Mapa 02: Gabarito



Fonte: Silva Neto adaptado do AutoCAD (2024)

5.3.3 Sistema Viário

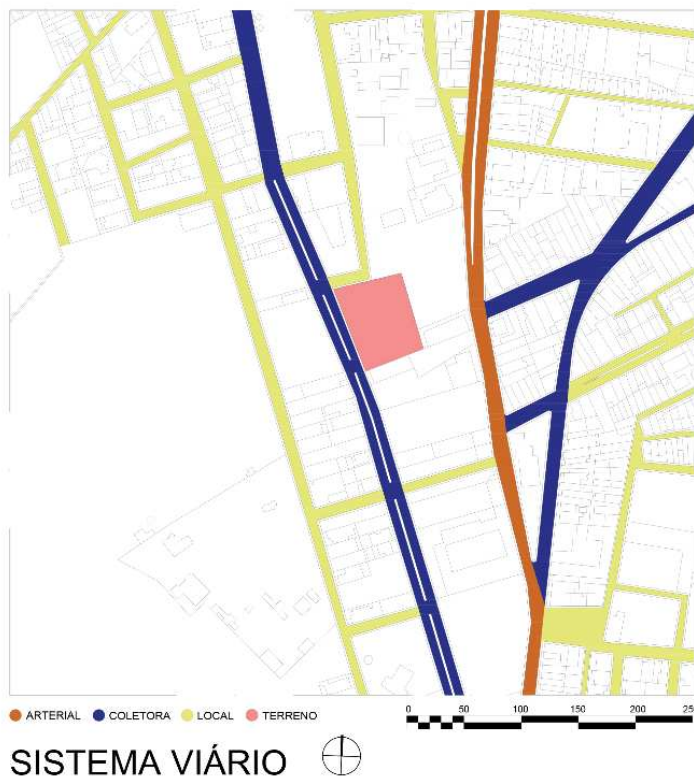
A região em análise é atravessada pela BR-405, conhecida como Avenida da Independência, que é considerada a via principal e, portanto, registra um maior fluxo de veículos em comparação com as vias locais. Estas últimas, em sua maioria, são fragmentadas, caracterizando uma malha urbana irregular. Ao examinar imagens aéreas e realizar visitas ao local, foi possível identificar outros trajetos preferidos pelos moradores da área, mesmo que não haja vias construídas nesses locais.

No Mapa 04, apresenta-se o sistema viário, destacando as vias arteriais, coletoras e locais. Observa-se que há apenas uma via arterial, a BR-405 (Avenida da Independência), com algumas ruas designadas como coletoras, incluindo a Rua José Alves de Queiroz, onde o terreno

está localizado. Nesta rua, há um intenso tráfego de veículos e pedestres tanto durante o dia quanto à noite, devido à sua posição estratégica próxima a diversos serviços e instituições, além de servir como uma rota alternativa para evitar o congestionamento na Avenida da Independência.

O local escolhido se destaca por ser uma via coletora central, caracterizada por um bom fluxo de pessoas que transitam diariamente. Essa movimentação constante não apenas garante visibilidade para o empreendimento, mas também facilita o acesso da comunidade aos serviços oferecidos. A localização estratégica potencializa a interação social e contribui para a vitalidade da área, tornando-a um ponto de referência importante para os moradores e visitantes.

Mapa 04: Sistema viário



Fonte: Silva Neto adaptado do AutoCAD (2024)

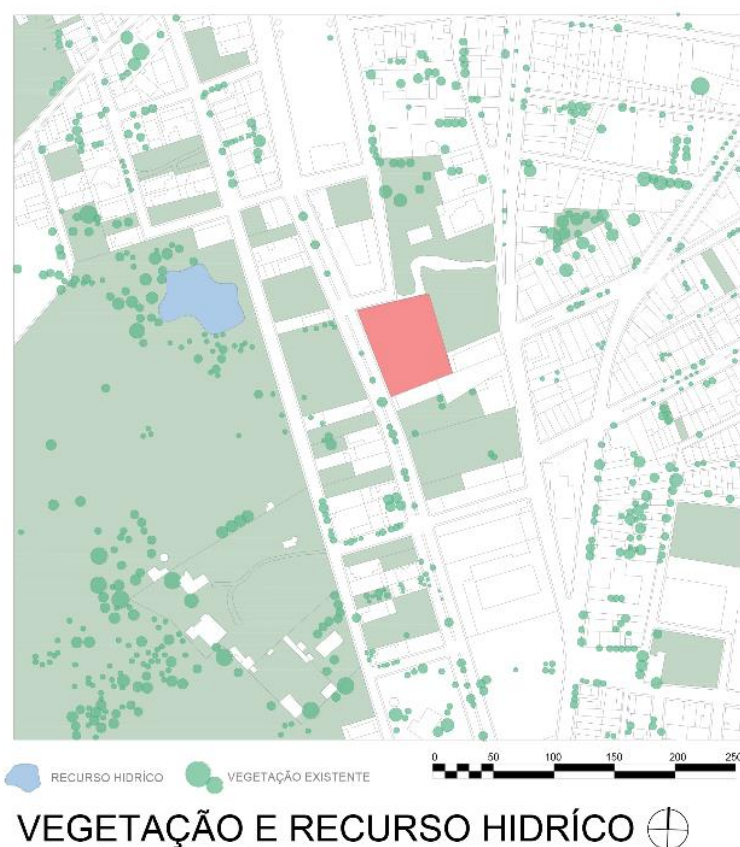
5.3.4 Vegetação e recurso hídrico

O mapa a seguir destaca a considerável presença de áreas verdes e uma prevalência de vegetação ao redor do terreno (Mapa 05). Essas áreas verdes abrangem uma variedade de

espécies que se estendem por toda a extensão do local, além de estarem presentes em canteiros, jardins, ao longo das ruas e em lotes não edificadas.

O local escolhido proporciona excelente ventilação e conforto térmico para a edificação. A orientação adequada em relação ao sol e a presença de árvores nas proximidades favorecem a circulação de ar, criando um ambiente agradável e arejado. Esses fatores não apenas melhoram a qualidade de vida dos usuários, mas também contribuem para a eficiência energética da construção, reduzindo a necessidade de sistemas de climatização e promovendo uma experiência mais sustentável e saudável.

Mapa 05: Vegetação e recursos hídricos



Fonte: Silva Neto adaptado do AutoCAD (2024)

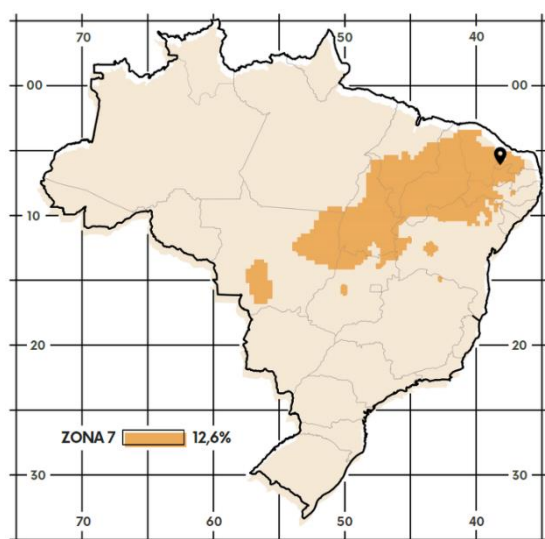
5.4 Dados bioclimáticos

O desempenho de um espaço edificado está diretamente relacionado ao conforto ambiental, o que exige consideração cuidadosa das variações climáticas locais. Para alcançar

esse desempenho, é essencial adotar estratégias arquitetônicas que promovam o bem-estar do usuário, como controle da temperatura, iluminação natural e ventilação adequada. Esses elementos criam um ambiente confortável que permite a realização de atividades diárias e desperta sensações e emoções positivas, melhorando a experiência do usuário no espaço. (Olgyay, 1963).

Conforme a Norma de Desempenho Térmico de Edificações (NBR 15220/2005), o município de Pau dos Ferros está localizado na zona bioclimática 7, que abrange cerca de 12,6% do território brasileiro (Figura 21). Essa região é caracterizada por altas temperaturas e baixa umidade relativa do ar durante grande parte do ano. Para garantir o conforto térmico nas edificações, recomenda-se o uso de aberturas pequenas para ventilação, com sombreamento adequado, além de vedações externas mais espessas, como paredes e coberturas pesadas. As estratégias de condicionamento térmico passivo são fundamentais para promover o bem-estar dos usuários durante o verão. Entre essas estratégias, destacam-se o resfriamento evaporativo, o uso de massa térmica e a ventilação seletiva, especialmente em dias de calor intenso, quando a temperatura interna supera a externa.

Figura 21: Localização de Pau dos Ferros na zona bioclimática 7

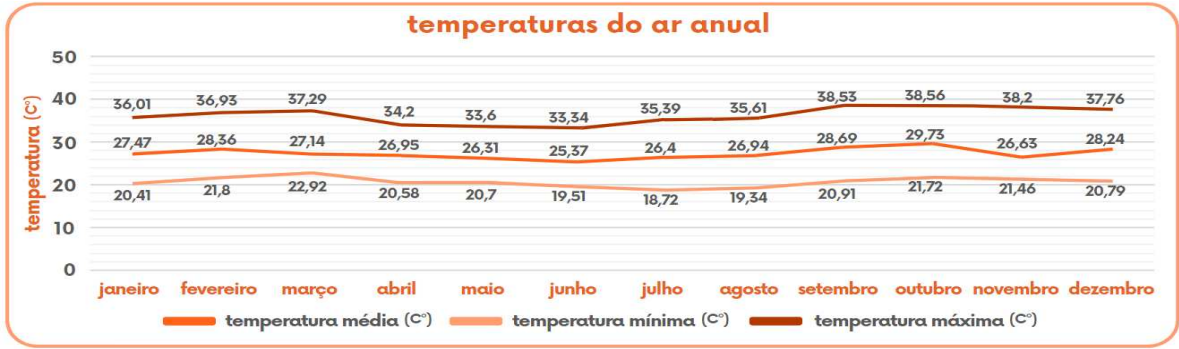


Fonte: Adaptado da ABNT NBR 15220 (2005)

Para a realização da análise de dados, foi utilizado como fonte de informações a Estação Meteorológica HOBO RX Station RX3000, localizada no campus da UFERSA, em Pau dos Ferros. Os dados referem-se ao ano de 2022 e abrangem todos os meses. Inicialmente, analisaram-se as temperaturas anuais do ar, conforme mostrado no gráfico (Figura 22), o que

confirma um clima predominantemente quente. As temperaturas podem atingir até 38,56 °C no mês de outubro, com mínimas de 18,72 °C em julho. A média anual registrada foi de 26,31 °C, embora possam ocorrer variações. Compreender o comportamento da temperatura ao longo do ano na cidade é essencial para a correta setorização dos ambientes internos, levando em consideração o clima externo. Isso permite a adoção de soluções flexíveis para o controle de temperaturas indesejáveis no interior das edificações, garantindo maior conforto térmico aos usuários.

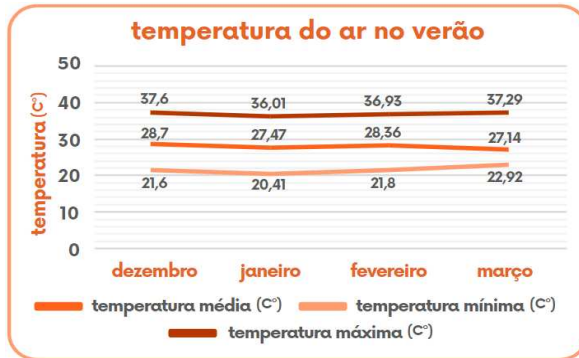
Figura 22: Gráfico de temperatura do ar anual



Fonte: Silva Neto (2024), adaptado do HOBO RX Station (2022).

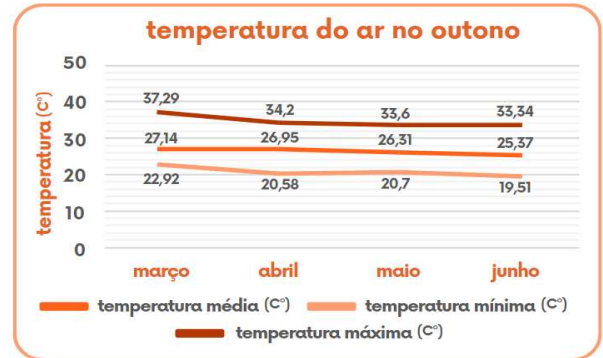
A análise das temperaturas sazonais é de extrema importância para a elaboração de propostas projetuais adequadas ao clima local. Nesse contexto, foram estudadas as estações de verão (dezembro a março) e outono (março a junho). No verão (Figura 23), observam-se temperaturas máximas elevadas, variando de 36 °C em janeiro até 37,6 °C em dezembro do ano anterior. Em relação às mínimas, janeiro registrou 20,41 °C, enquanto a média mais alta foi observada em março, com 27,14 °C. No outono (Figura 24), a temperatura máxima atingiu 37,29 °C em março, e a mínima registrada foi de 19,51 °C. A maior temperatura média também ocorreu em março, com 27,14 °C. Esses dados são fundamentais para a formulação de estratégias arquitetônicas que visam adaptar a edificação às condições térmicas predominantes em cada estação, garantindo maior conforto ambiental ao longo do ano.

Figura 23: Gráfico de temperatura do ar no verão



Fonte: Silva Neto (2024), a partir do HOBO RX Station (2022)

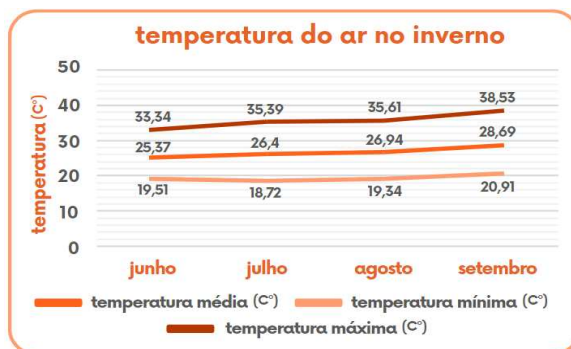
Figura 24: Gráfico de temperatura do ar no outono



Fonte: Silva Neto (2024), a partir do HOBO RX Station (2022)

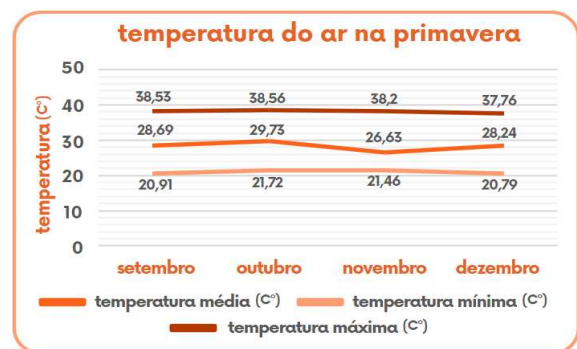
Por fim, ao analisar o período de inverno (junho a setembro), observa-se que a temperatura mais alta, de 38,53 °C em setembro, supera a máxima registrada no verão, tornando esse o segundo mês mais quente do ano. A temperatura mínima registrada no inverno é de 18,72 °C em junho, enquanto a média fica em 25,37 °C no mesmo mês (Figura 25). De modo geral, o inverno apresenta temperaturas mais amenas em comparação com outras estações. Na primavera (setembro a dezembro), a temperatura média é de 26,63 °C em novembro. A máxima apresenta pouca variação, com 38,56 °C em outubro (Figura 26), destacando-se como uma das estações mais quentes do ano. A temperatura mínima chega a 20,79 °C em dezembro. Esses dados reforçam a necessidade de soluções arquitetônicas que considerem as condições climáticas extremas, principalmente no controle de temperaturas internas durante os meses mais quentes, como a primavera e o fim do inverno.

Figura 16: Gráfico de temperatura do ar no inverno



Fonte: Silva Neto (2024), a partir do HOBO RX Station (2022)

Figura 26: Gráfico de temperatura do ar na primavera



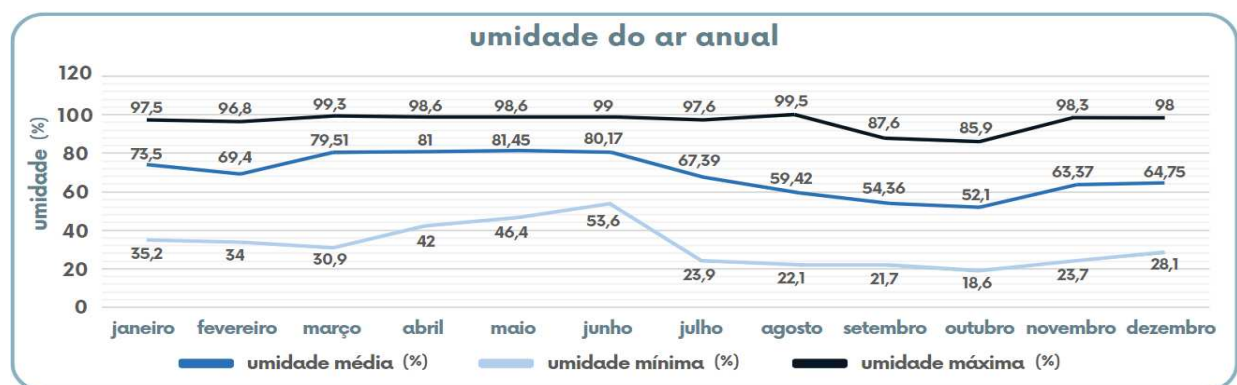
Fonte: Silva Neto (2024), a partir do HOBO RX Station (2022)

A avaliação realizada até o momento evidencia que o município de Pau dos Ferros apresenta temperaturas elevadas ao longo de todo o ano, com ênfase no final da estação de inverno, especialmente em setembro, e se estendendo até dezembro, abrangendo toda a primavera. As temperaturas médias e máximas, conforme discutido anteriormente, indicam um clima predominantemente quente, resultando em baixos índices de umidade relativa do ar, o que provoca desconforto e compromete o bem-estar dos habitantes locais.

A umidade relativa do ar é inversamente proporcional à temperatura do ar em qualquer ambiente. Neste ponto, será explorada a variação desse fator climático ao longo do ano de 2022 na cidade de Pau dos Ferros (Figura 27), com base nos dados da estação meteorológica HOBO RX3000. Segundo o gráfico gerado, o percentual máximo de umidade relativa foi registrado em agosto, com 99,5%, enquanto a mínima ocorreu em outubro, com 18,6%. A umidade média mais elevada foi observada em maio, com 81,45%.

Nessas condições, o município apresenta um clima que gera sensação de ressecamento, devido à insuficiente presença de vapor d'água na atmosfera, conforme indicado pela menor taxa média de umidade, de 52,1%, registrada em outubro. Para mitigar esses efeitos, a integração de massas de ar e a presença de vegetação podem ajudar a aumentar a umidade local, favorecendo a criação de microclimas mais agradáveis e confortáveis para os residentes.

Figura 27: Gráfico anual da umidade relativa do ar



Fonte: Silva Neto (2024), a partir do HOBO RX Station (2022)

6 PROPOSTA PROJETUAL

Neste capítulo será apresentada conforme a norma de Representação de Projetos de Arquitetura - NBR 6492/2021, o estudo preliminar e todas as decisões projetuais adotadas para a concepção do CAPS – Maria da Penha.

6.1 Programa de Necessidades

O programa de necessidades foi desenvolvido com a proposta de acolhimento, visando oferecer suporte à mulher em situação de violência que busca ajuda. O programa deste trabalho baseou-se no programa de necessidades da Casa da Mulher Brasileira, concentrando-se apenas no essencial para um anteprojeto de uma casa de apoio, além de estabelecer a capacidade de atendimento e a segmentação, além da RDC Nº 50 (BRASIL, 2002) para a concepção de ambientes técnicos. O programa abaixo é sujeito a mudanças no decorrer da proposta projetual.

Figura 28: Programa de necessidades

APOIO AO DIAGNÓSTICO E TERAPIA				LAZER E DESCANÇO			
Ambiente	Função	Área (m²)	Quantidade	Ambiente	Função	Área (m²)	Quantidade
Sl. assistente social	Apoio e orientação de indivíduos e famílias que enfrentam dificuldades sociais	12,00	01	Cozinha	Local para aulas práticas	44,50	01
Sl. Psicologia	Atendimentos psicológicos	12,00	01	Ateliê de costuras	Local para aulas de costura	44,50	01
Sl. Nutrição	Acompanhamentos nutricionais	12,00	01	Sl. de descanso	Local com mobiliários adequados para descanso das pacientes	46,51	01
Sl. Médica	Atendimento médico geral	12,00	01	Sl. de jogos	Espaço dedicado ao entretenimento, lazer e socialização	46,51	01
Sl. Ginecológica	Atendimento da saúde feminina	12,00	01	Dep.	Local para armazenar pertences das salas	46,51	01
WC PCD	Necessidades fisiológicas	3,60	01	WC PCD	Necessidades fisiológicas	5,58	01
Enfermaria	Atendimento e cuidado contínuo de pacientes	63,52	01	Pátio aberto Pacientes 01	Espaço dedicado ao entretenimento, lazer e socialização	266,99	01
WC PCD	Necessidades fisiológicas	4,30	01	Pátio aberto Pacientes 02	Espaço dedicado ao entretenimento, lazer e socialização	104,37	01
Poste de enf.	Local destinado aos profissionais da saúde	9,30	01	Pátio aberto funcionários	Espaço dedicado ao entretenimento, lazer e socialização	74,00	01
APOIO TÉCNICO							
Ambiente	Função	Área (m²)	Quantidade				
Lactário	Espaço especializado destinado à preparação, manipulação e armazenamento de alimentos lácteos	14,41	01				
Fármacia	Armazenamento e distribuição de medicamentos	23,05	01				
Copa	Local para realização de refeições	8,44	01				
Expurgo	Sala de esterilização/estocagem de material esterilizado	6,06	01				

APOIO ADMINISTRATIVO			
Ambiente	Função	Área (m²)	Quantidade
Serviços Administrativos			
Sala da direção	Ambiente destinado ao trabalho e atividades dos diretores e gestores da unidade	9,51	01
Sala de reuniões	Local para encontros e discussões	15,83	01
Sala administrativa	Local destinado a atividades administrativas e de suporte da unidade	21,07	01
Sala de arquivos	Local para armazenamento e organização de documentos e registros	14,07 14,05	02
Esterelização simplificada	Ambiente para esterilização de roupas	12,11	01
Estoque	Local para reserva de roupas	8,15	01
Recepção	Distribuição de roupas para unidade	8,11	01
Limpeza e zeladoria			
DML	Depósito de materiais de limpeza	6,06	01
Lixeira	Ambiente para coletar e armazenar resíduos e lixo de forma organizada e segura	11,69	01
Expurgo	Local para a descontaminação de materiais	6,06	01
Intra-estrutura Predial			
Geradores	Locais onde são armazenados os geradores da unidade	6,06	01
Estacionamento	Acomodação dos veículos	956,53	01

APOIO LOGÍSTICO			
Ambiente	Função	Área (m²)	Quantidade
Processamento de roupas			
Recepção de descontaminação	Local destinado ao manejo seguro de roupas	9,38	01
Rouparia	Local para lavagem de roupas	20,29	01
Secar e passar	Ambiente para secagem e passagem de roupas	18,64	01
Costura	Local com máquinas de costuras	12,11	01
Esterelização simplificada	Ambiente para esterilização de roupas	12,11	01
Estoque	Local para reserva de roupas	8,15	01
Recepção	Distribuição de roupas para unidade	8,11	01
Limpeza e zeladoria			
DML	Depósito de materiais de limpeza	6,06	01
Lixeira	Ambiente para coletar e armazenar resíduos e lixo de forma organizada e segura	11,69	01
Intra-estrutura Predial			
Geradores	Locais onde são armazenados os geradores da unidade	6,06	01
Estacionamento	Acomodação dos veículos	956,53	01
Local para condensadoras	Acomodação das condensadoras	10,05	02
Conforto e Higiene			
Sanitários para público (Masc.)	Local para higiene pessoal	3,73	01
Sanitários para público (Fem.)	Local para higiene pessoal	3,73	01
Bwc e vest. func. (Fem.)	Local para higiene pessoal	14,67	01
Bwc e vest. func. (Masc.)	Local para higiene pessoal	14,67	01
Bwc e vest. PCD	Local para higiene pessoal	6,78	01

Fonte: Adaptado da RDC 50 (2002)

6.2 Zoneamento

O zoneamento foi elaborado em relação ao programa de necessidades, sua interação com o terreno, o entorno e as necessidades mais relevantes para a concepção do projeto. Foi pensado de forma que o terreno fosse aproveitado ao máximo, tendo o jardim central como

estratégia na transição entre os demais ambientes, humanizando o espaço, além de ajudar no aproveitamento da iluminação natural e ventilação em todo o edifício (Figura 29).

Figura 29: Zoneamento



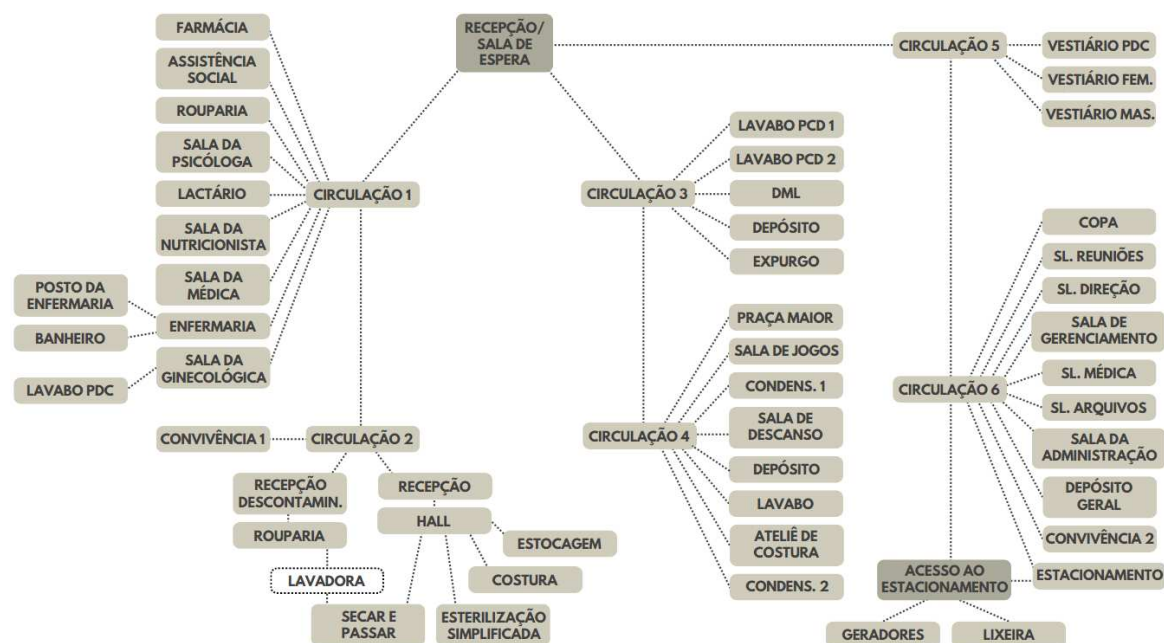
Fonte: Adaptado de Google Earth (2004)

6.3 Fluxograma

O fluxograma desempenha um papel fundamental na organização e no desenvolvimento do projeto. Com o objetivo de entender a funcionalidade de cada setor zoneado, elaborou-se a esquematização do programa de necessidades (Figura 30), expondo a harmonia entre os ambientes, sendo possível prevê os acessos e como se dá a circulação por todo o CAPS Maria da Penha. Observa-se que o acesso à edificação se dá pela recepção e estacionamento. Este

primeiro ambiente é conectado por halls destinados a circulações que por fim, adentram em diversos espaços.

Figura 30: Fluxograma



Fonte: Autoria própria (2024)

A circulação 1 é formada por salas de atendimento, sendo farmácia, assistência social, rouparia, sala da psicóloga, lactário, sala da nutricionista, sala da médica, enfermaria e a sala da ginecológica. Em sequência, a circulação 2 compreende uma área de interação social e serviço, estando o espaço de convivência 1 e a parte de descontaminação e conserto de roupas. A circulação 3, é destinada aos lavabos às pessoas com deficiências, depósito de material de limpeza, depósito de utensílios e expurgo. Adiante, tem-se a área de recreação, descanso e serviços, composto pela praça maior, sala de jogos, sala de descanso, ateliê de costura, depósito, lavabo e condensadores, o que interligam com a circulação 4.

A circulação 5 é compreendida pelos vestiários destinados ao público PCD, feminino e masculino. E por fim, tem-se a circulação 6 que é contida pela copa, sala de reuniões, sala da direção, sala de gerenciamento, sala médica, sala de arquivos, sala da administração, depósito geral, espaço de convivência 2 e estacionamento, sendo este último com acesso para ambientes voltados para geradores e armazenamento de lixos. O fluxograma está sujeito a mudanças no decorrer da elaboração da proposta.

6.4 CAPS – Maria da Penha

O CAPS tem como objetivo restabelecer uma vida saudável para cada mulher que utilize o espaço. Assim, os ambientes devem ser funcionais, mas também acolhedores. É necessário proporcionar infraestrutura para o desenvolvimento de atividades profissionais e áreas confortáveis que favoreçam o tratamento psicológico das mulheres vítimas de violência, independentemente da sua natureza.

A proposta visa oferecer um espaço apropriado de apoio e cuidados que estimule o bem estar e a autoconfiança dos usuários. Criar esse tipo de ambiente para esse público específico requer atenção sobre como elas percebem o espaço, uma vez que cada local possui características únicas que influenciam nas percepções dos usuários.

A fachada principal apresenta uma estética simples e minimalista, sem excessivas informações, mas com elementos que se harmonizam entre si, distanciando-se dos padrões comumente empregados em ambientes semelhantes, visando transmitir uma atmosfera acolhedora e confortável.

Figura 31: Fachada -CAPS Maria da Penha



Fonte: Silva Neto a partir do Sketchup e Vray (2024)

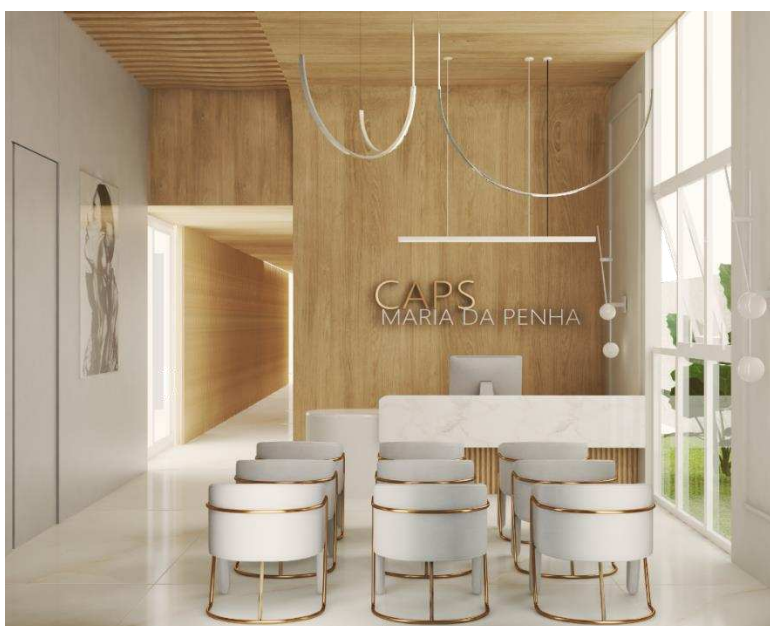
Figura 32: Fachada -CAPS Maria da Penha



Fonte: Silva Neto a partir do Sketchup e Vray (2024)

Foi utilizado cores neutras para promover uma sensação de calma e tranquilidade, tornando os espaços mais suaves e versáteis, assim como tendem a refletir mais luz, fazendo com que os ambientes pareçam maiores e mais abertos. Além disso, foi implementado o uso da madeira e pedras naturais trazendo a conexão com a natureza e transpassando um ambiente mais acolhedor e harmonioso.

Figura 33: Recepção



Fonte: Silva Neto a partir do Sketchup e Vray (2024)

Figura 34: Recepção



Fonte: Silva Neto a partir do Sketchup e Vray (2024)

Foi implementado um jardim central harmonizando a transição de um ambiente para o outro. A definição dos percursos facilita a orientação dos usuários enquanto a presença de vegetação proporciona uma sensação de calma e bem estar, sendo este um dos principais reestabilizadores em casos de sobrecargas emocionais. Além disso o espaço oferece pontos de permanência e descanso, além de socialização entre os usuários e realização de possíveis atividades em meio a natureza.

Figura 35: Jardim



Fonte: Silva Neto a partir do Sketchup e Vray (2024)

Figura 36: Jardim



Fonte: Silva Neto a partir do Sketchup e Vray (2024)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que, assim como a violência contra a mulher ganha destaque nas discussões atuais, as medidas e serviços relacionados ao tema também crescem gradualmente. Assim, instituições que oferecem apoio e amparos necessários se tornam cada vez mais necessárias, não apenas porque a violência aumentou, mas também porque agora as mulheres se sentem mais seguras para denunciar, graças à rede de apoio que vem sendo construída e ampliada progressivamente.

A arquitetura reflete a cidade em que vivemos; os projetos são elaborados inicialmente para que as pessoas possam usufruir dos espaços que formam as cidades. Diante disso, é essencial discutir os desafios que as mulheres enfrentam perante a sociedade, a fim de contribuir para uma vida mais justa e segura para todas que lidam diariamente com seus desafios e anseios.

O principal propósito do projeto é acolher e causar um impacto positivo na vida e na recuperação de mulheres em situação de vulnerabilidade, seja ela física, moral ou emocional. Com base nos principais dados e relatos de violência contra a mulher dos últimos anos, enfatizando as causas que dificultam a vítima de se livrar dos agressores, o projeto busca empoderar as mulheres de maneira prática e racional, através de capacitação profissional e apoio psicológico.

Assim sendo, a proposta do projeto tem como objetivo a incorporação de diversas funções em um único local, de maneira que, ao mesmo tempo em que proporciona proteção à vítima, o CAPS se torna um ponto de visibilidade para a causa, tanto por sua localização na cidade quanto por sua utilidade como equipamento público de caráter interno e externo, isto é, nas atividades direcionadas às mulheres acolhidas e por meio de suas ações voltadas à comunidade.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Lia Pereira Saraiva Gil. **A arquitetura nunca mais será a mesma. Considerações sobre gênero e espaço (s).** URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, v. 7, n. 2, p. 2-23, 2015.
- AMPAR RN (org.). **Destaque: missão.** 06 abr. 2021. Instagram: @AMPAR.RN. Disponível em: <https://www.instagram.com/stories/highlights/17854898003532323/>. Acesso em: 20 maio. 2024.
- BARGOS, D. C.; MATIAS, L. F. **Mapeamento e análise de áreas urbanas em Paulínia (SP): estudo com a aplicação de geotecnologias.** Sociedade & Natureza, v. 24, p. 143–156, 2012. Disponível em: . Acesso em: 12 maio 2024.
- BARRETO, Mauricio Lima. **Desigualdades en salud: una perspectiva global.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 22, p. 2097-2108, 2017.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Conforto Ambiental em Estabelecimentos Assistenciais de Saúde** - Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2014.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas Para As Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.** Brasília: Assessoria de Comunicação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011. 46 p.
- CANCIAN, Letícia de Souza. **Acolhendo Marias: centro de apoio e acolhimento à mulher.** 2019. 114 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2019.
- CIACO, Ricardo José Alexandre Simon. **A Arquitetura no Processo de Humanização dos Ambientes Hospitalares.** Dissertação (Mestrado-programa de pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia) -- Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, p. 197. 2010.
- ENGEL, Cíntia. **A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**, [S. l.], p. 1-65, 19 fev. 2015.
- IBGE. **PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 30 de maio, 2024.
- DESLANDES SF. **Análise do discurso oficial sobre a humanização da assistência hospitalar.** Ciênc Saúde Coletiva. 2004;9(1):7-14.
- DE TELES, Maria A, A.; DE MELO, Mônica. **O que é violencia contra a mulher.** Brasil: Brasiliense, 2017.
- DIÁRIO DO NORDESTE. **Audiências de custódia aumentam 75% em caso de violência doméstica em 2023.** p 01-01. 19 jan, 2024. Disponível em: <https://diariodorn.com.br/rio-grande-do-norte-tem-aumento-de-75-de-violencia-contra-a-mulher-em-2023/>.
- GONÇALVES (org), Aparecida. **Diretrizes e Protocolos de Atendimento. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.** Brasília, 2015. Disponível em: Acesso em: 08 de Abril de 2024.

GUEDES, Celiemy da Silva. **Da casa ao lar: Pela Humanização das Unidades de Acolhimento de Criança e Adolescente em Natal/RN**. Dissertação (Mestrado profissional em Arquitetura e Urbanismo) Centro de Tecnologia, Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, p. 110. 2017.

LAMBERTS, Roberto; DUTRA, Luciano; PEREIRA, Oscar. **Eficiência energética na arquitetura**. Rio de Janeiro: Eletrobrás / Procel, 2014.

MELLO, Renata de Lima. **Arquitetura Inclusiva - uma nova cultura**. IBDA. Instituto Brasileiro de desenvolvimento da Arquitetura. Fórum da construção, 2014. Disponível em: Acesso em: 10 jun. 2024.

OLGYAY, Victor. **Design with Climate: Bioclimatic Approach to Architectural Regionalism**. Princeton University Press, 1963.

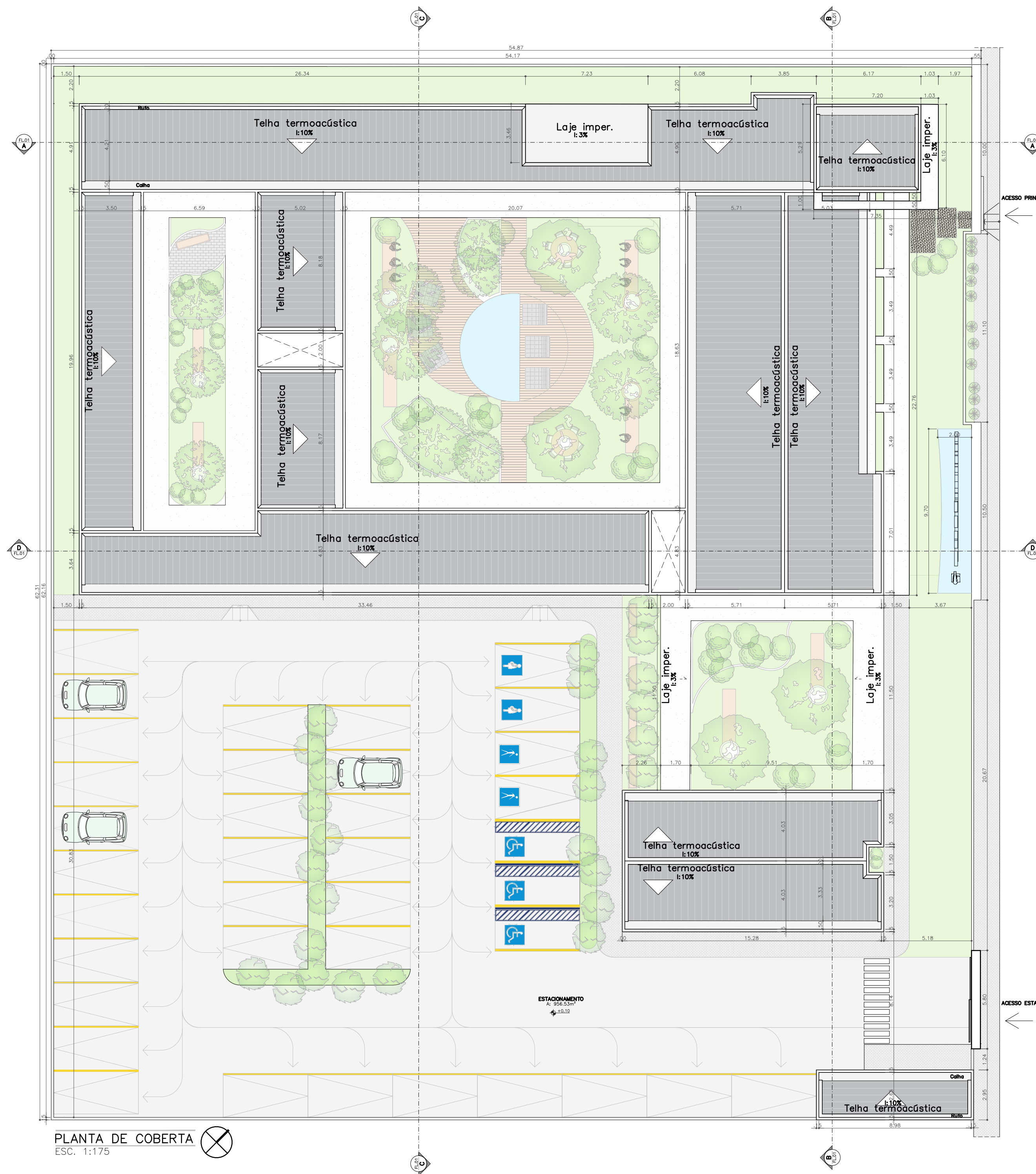
OLIVEIRA, M.S. (2021). **Aplicação de tijolos ecológicos em construções de baixo custo**. Revista de Arquitetura Sustentável, 4(1), 27-36.

ORNSTEIN, Sheila Walbe. **Arquitetura, urbanismo e Psicologia Ambiental: uma reflexão sobre dilemas e possibilidades da atuação integrada**. Psicol. USP, São Paulo, v. 16, n. 1-2, p. 155-165, 2005. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousp/v16n1-2/24653.pdf>>. Acesso em 23 jun. 2024.

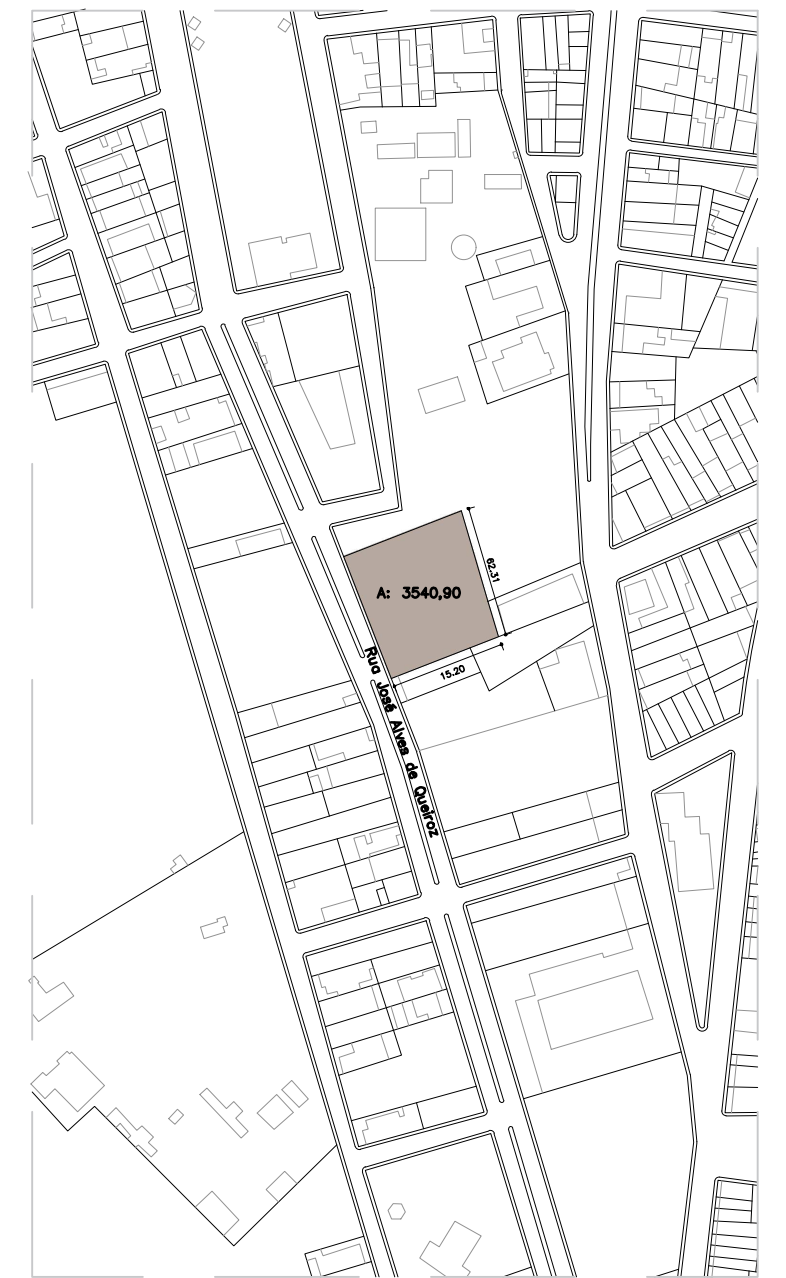
POLITIZE. O que é a violência de gênero e como ela se manifesta?. Disponível em: <https://www.politize.com.br/violencia-de-genero-2/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

WALDOW, Vera Regina; BORGES, Rosália Figueiró. **Cuidar e humanizar: relações e significados**. Acta Paul Enferm, [s. l], v. 24, n. 3, p. 414-418, 05 jan. 2011.

APÊNDICES



PLANTA DE COBERTA
ESC. 1:175



PLANTA DE SITUAÇÃO
ESC. 1:1000

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE PAU DOS FERROS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

PROJETO:
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DESTINADO À
MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA
CIDADE DE PAU DOS FERROS/RN

DISCENTE:
ALEXANDRE DIAS DA SILVA NETO

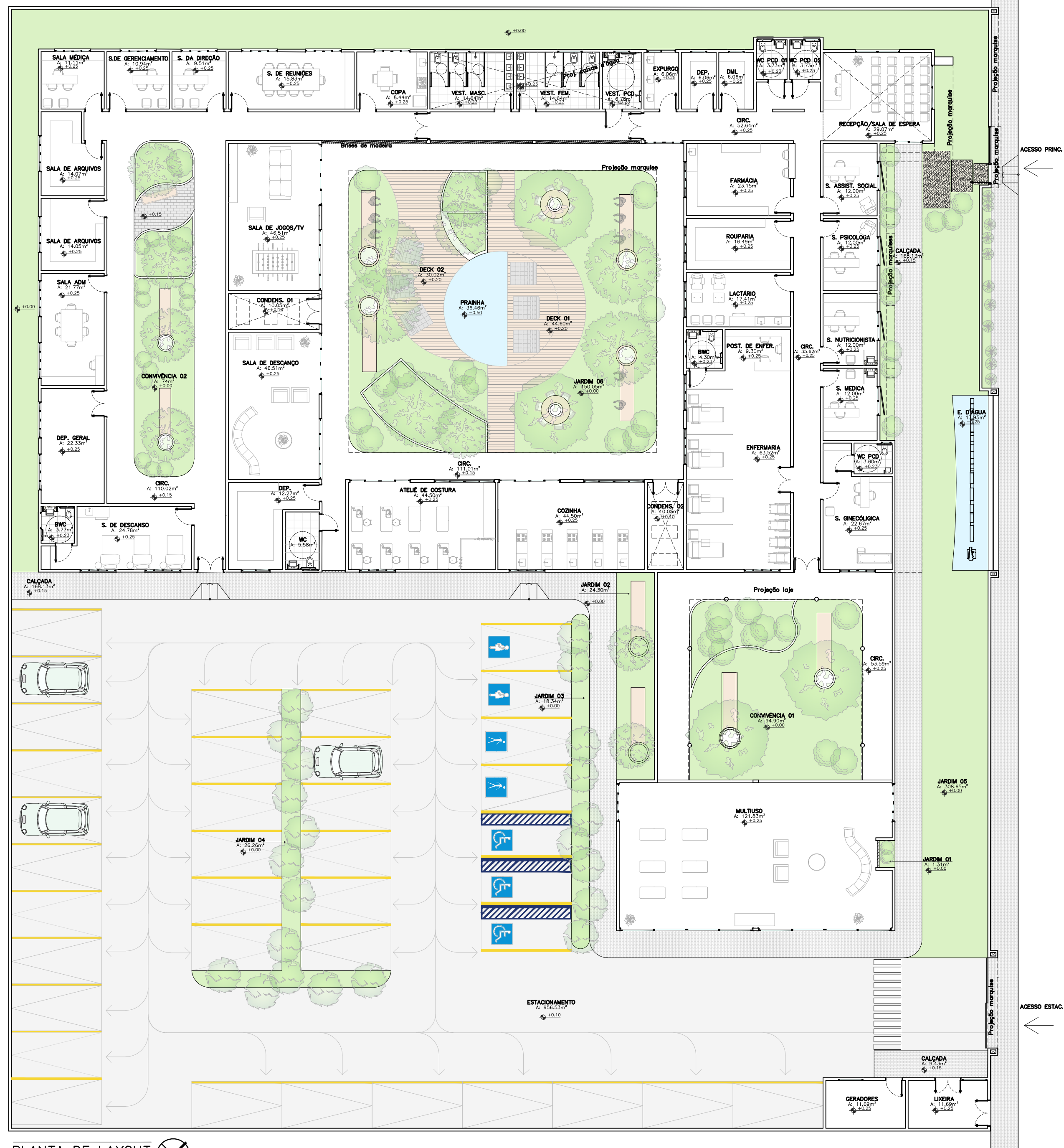
ORIENTADORA:
PROFA. DRA. ELLEN PRISCILA NUNES DE SOUZA

DATA:
AGOSTO / 2024

ESCALA:
INDICADA

CAPS
MÁRIA DA PENHA
Centro de Atenção Psicossocial
destinado a mulheres vítimas de violência doméstica

ALEXANDRE NETO
Arquiteto e Urbanista



PLANTA DE LAYOUT
ESC. 1:175



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE PAU DOS FERROS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

PROJETO:
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DESTINADO À
MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA
CIDADE DE PAU DOS FERROS/RN

DISCENTE:
ALEXANDRE DIAS DA SILVA NETO

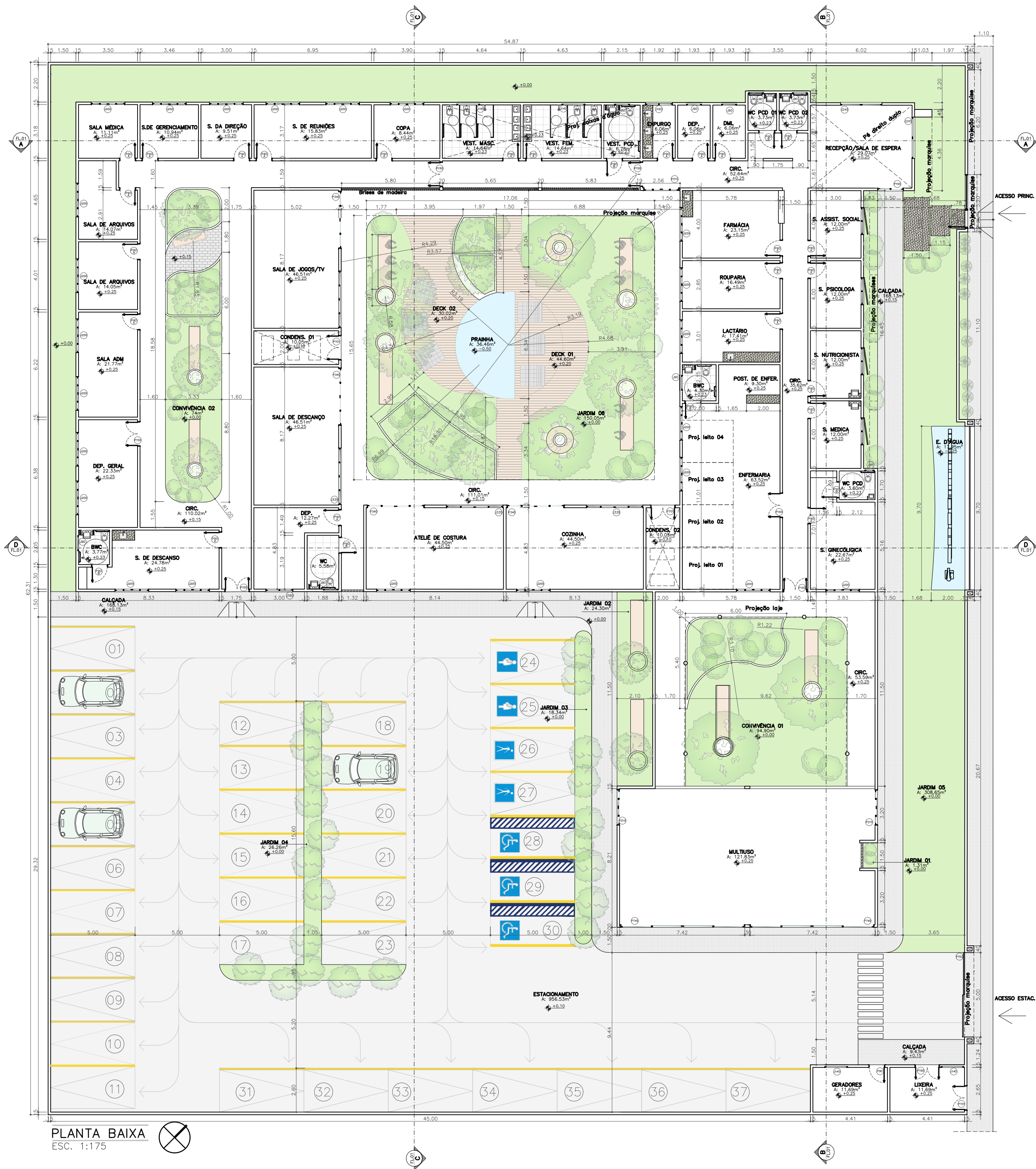
ORIENTADORA:
PROFA. DRA. ELLEN PRISCILA NUNES DE SOUZA

DATA:
AGOSTO / 2024

ESCALA:
INDICADA

CAPS
MARIA DA PENHA
Centro de Atenção Psicossocial
destinado a mulheres vítimas de violência doméstica

ALEXANDRE NETO
Arquiteto e Urbanista



PLANTA BAIXA
ESC. 1:175



QUADRO DE ESQUADRIAS						
JANELAS (J)						
LEGENDA	LARGURA	ALTURA	PEITORIL	MATERIAL	TIPO	QTDE.
J50	0,50m	0,60m	1,60m	ESQUADRIA EM ALUMINIO BRANCO COM VIDRO INCOLOR	BASCULANTE	01
J90	0,90m	0,60m	1,60m	ESQUADRIA EM ALUMINIO BRANCO COM VIDRO INCOLOR	BASCULANTE	08
J140	1,40m	0,60m	1,60m	ESQUADRIA EM ALUMINIO BRANCO COM VIDRO INCOLOR	BASCULANTE	02
J160 A	1,60m	1,60m	0,60m	ESQUADRIA EM ALUMINIO BRANCO COM VIDRO INCOLOR	CORRER 02 FOLHAS	04
J160 B	1,60m	1,00m	1,10m	ESQUADRIA EM ALUMINIO BRANCO COM VIDRO INCOLOR	CORRER 02 FOLHAS	04
J200	2,00m	2,00m	1,10m	ESQUADRIA EM ALUMINIO BRANCO COM VIDRO INCOLOR	CORRER 04 FOLHAS	28
J245	2,45m	5,00m	0,30m	ESQUADRIA EM ALUMINIO BRANCO COM VIDRO INCOLOR	BASCULANTE E FIXA	02
J335	3,35m	0,60m	1,60m	ESQUADRIA EM ALUMINIO BRANCO COM VIDRO INCOLOR	CORRER 04 FOLHAS	04
PORTAS (P)						
LEGENDA	LARGURA	ALTURA	MATERIAL		TIPO	QTDE.
P90 A	0,90m	2,20m	ESQUADRIA EM MADEIRA COM PINTURA NA COR BRANCA		GIRO	27
P90 B	0,90m	2,20m	ESQUADRIA EM MADEIRA COM PINTURA NA COR BRANCA		GIRO (ACESSIVEL)	07
P150	1,50m	2,20m	ESQUADRIA EM MADEIRA COM PINTURA NA COR BRANCA		GIRO 02 FOLHAS	11
P155	1,55m	2,60m	ESQUADRIA EM ALUMINIO BRANCO COM VIDRO INCOLOR		CORRER 02 FOLHAS	01
P210	2,10m	2,20m	ESQUADRIA EM ALUMINIO BRANCO COM VIDRO INCOLOR		CORRER 04 FOLHAS	01
P340	3,40m	3,00m	ESQUADRIA EM ALUMINIO BRANCO COM VIDRO INCOLOR		CORRER 04 FOLHAS	04
PT01	1,50m	2,20m	ESQUADRIA EM ALUMINIO BRANCO		GIRO 02 FOLHAS	03
PT02	3,20m	2,20m	ESQUADRIA EM ALUMINIO BRANCO		GIRO E FIXO	01
PT03	5,00m	2,20m	ESQUADRIA EM ALUMINIO BRANCO		CORRER 04 FOLHAS	01

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE PAU DOS FERROS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

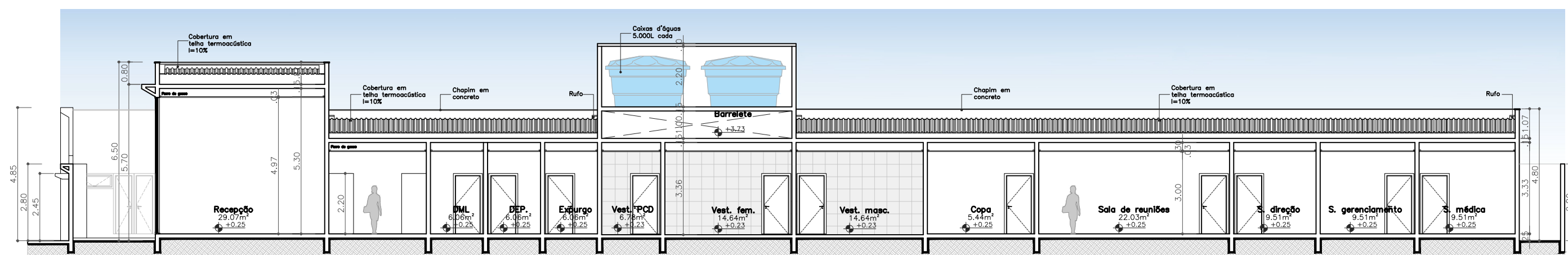
PROJETO:
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DESTINADO À
MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA
CIDADE DE PAU DOS FERROS/RN

DISCENTE:
ALEXANDRE DIAS DA SILVA NETO

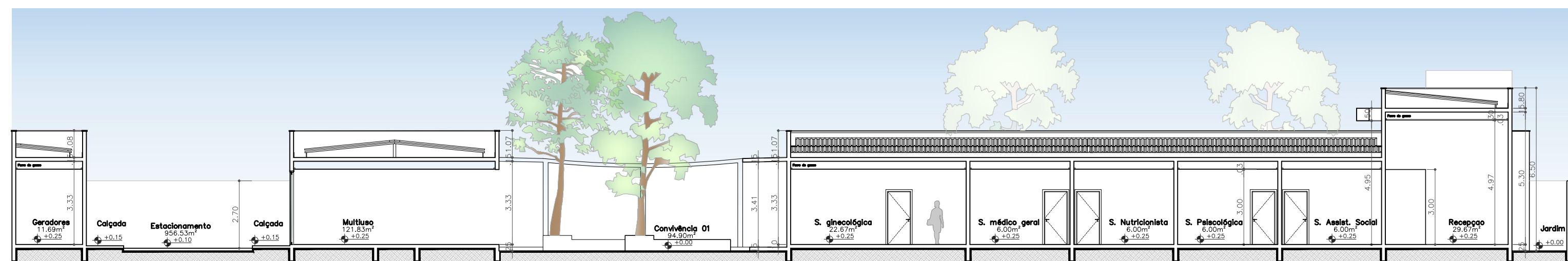
ORIENTADORA:
PROFA. DRA. ELLEN PRISCILA NUNES DE SOUZA

DATA:
AGOSTO / 2024

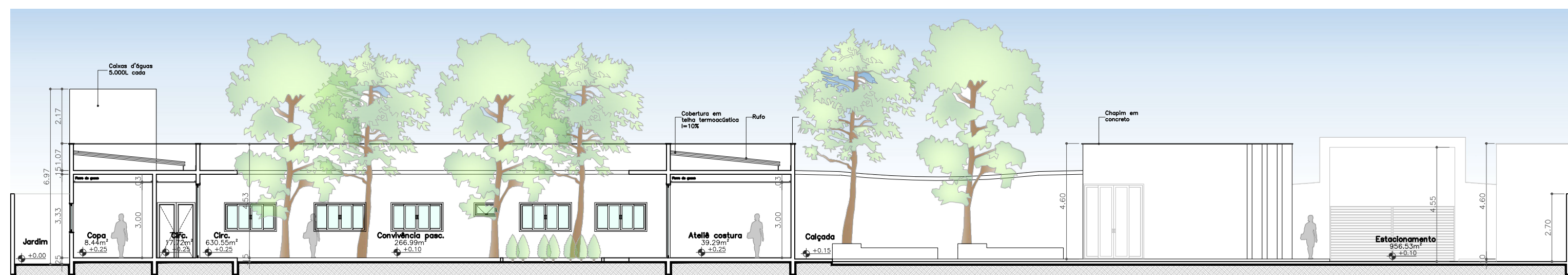
ESCALA:
INDICADA



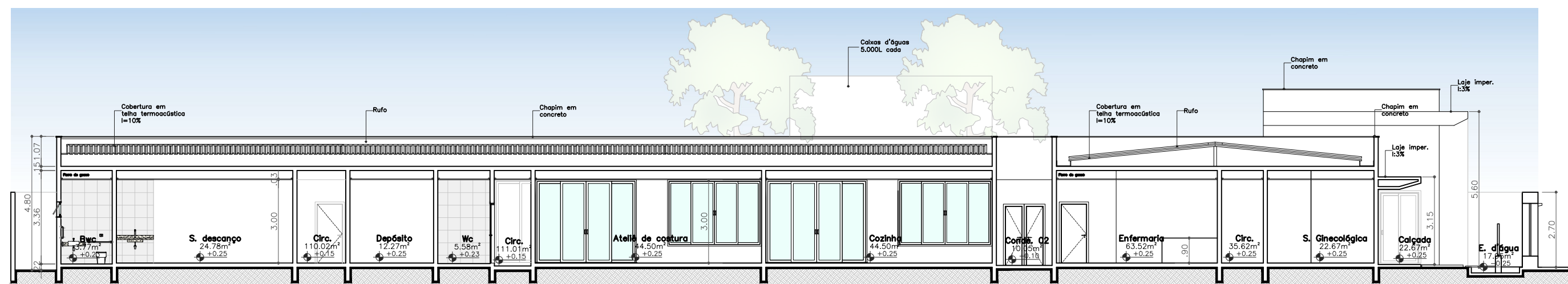
CORTE AA
ESC. 1:155



CORTE BB
ESC. 1:155



CORTE CC
ESC. 1:155



CORTE DD
ESC. 1:155



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE PAU DOS FERROS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

PROJETO:
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DESTINADO À
MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA
CIDADE DE PAU DOS FERROS/RN

DISCENTE:
ALEXANDRE DIAS DA SILVA NETO

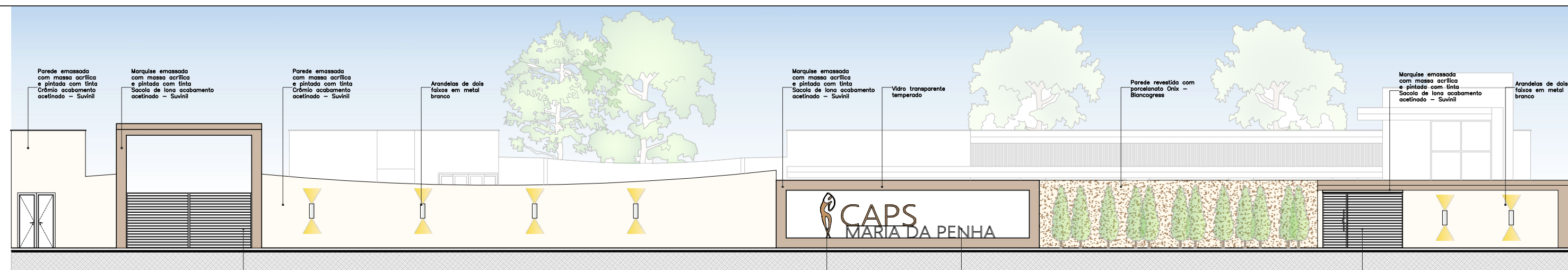
ORIENTADORA:
PROFA. DRA. ELLEN PRISCILA NUNES DE SOUZA

DATA:
AGOSTO / 2024

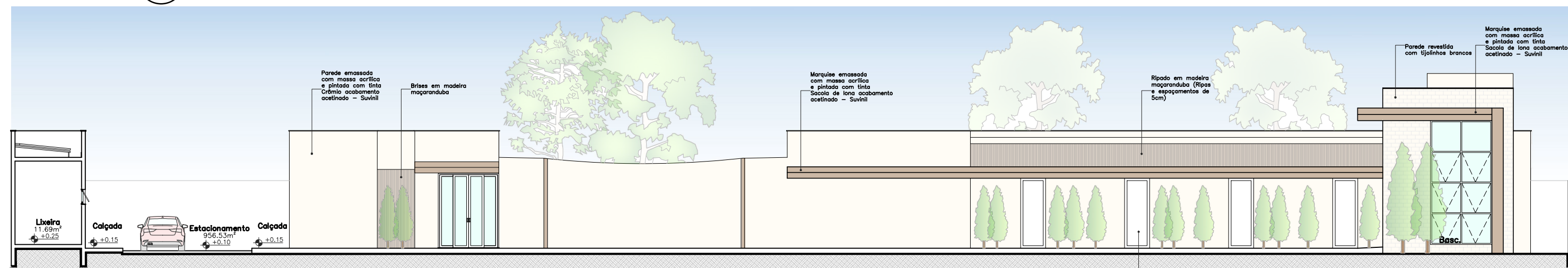
ESCALA:
INDICADA

CAPS
MÁRIA DA PENHA
Centro de Atenção Psicossocial
destinado a mulheres vítimas de violência doméstica

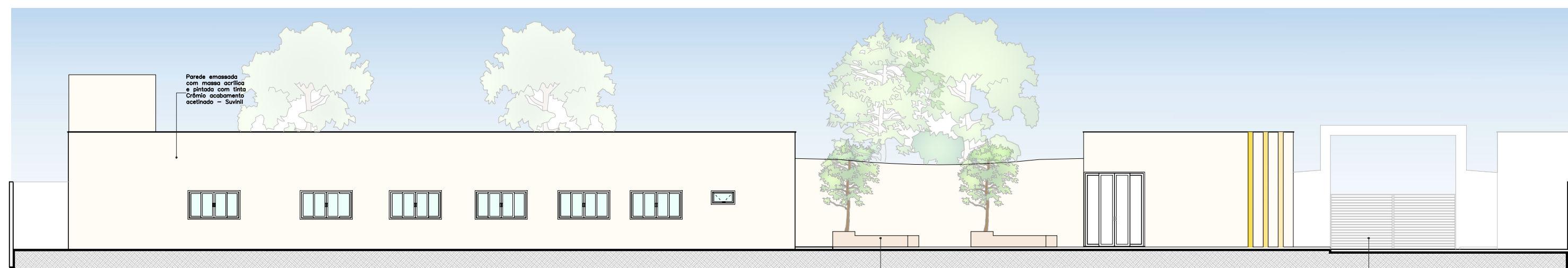
ALEXANDRE NETO
Arquitetura e Urbanismo



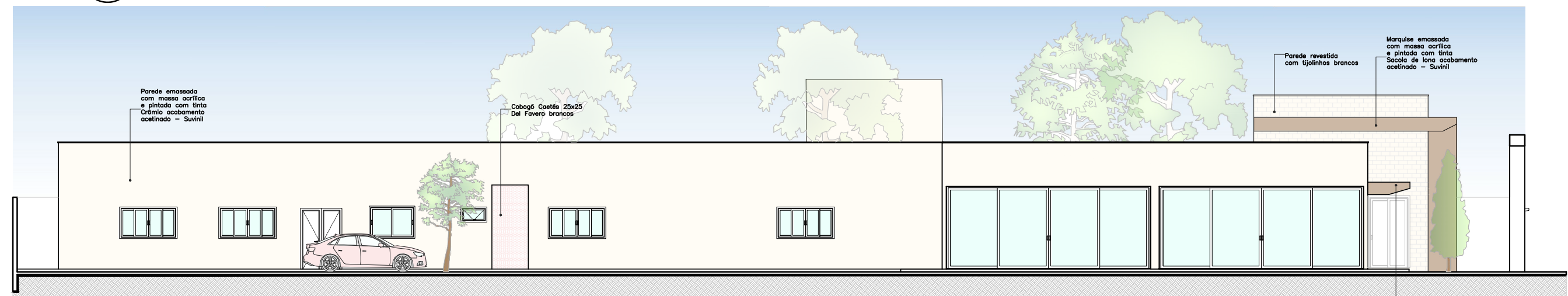
FACHADA 01
ESC. 1:155



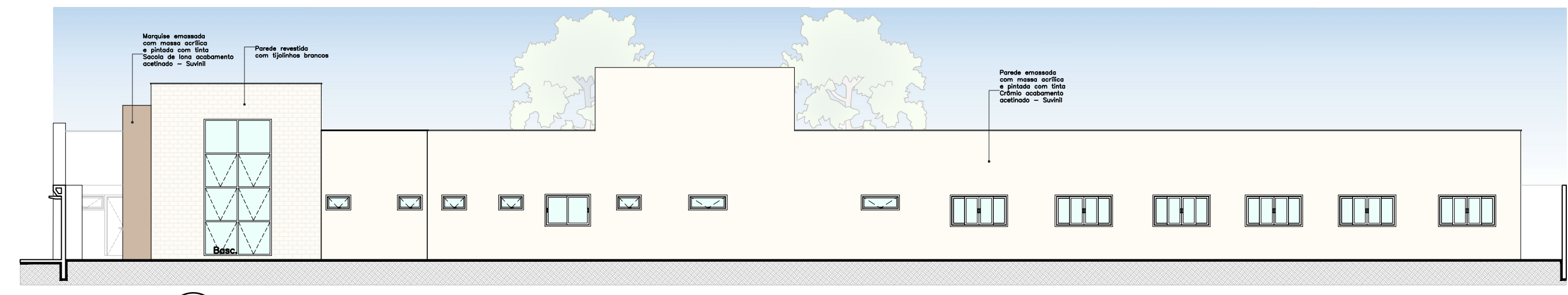
FACHADA 02
ESC. 1:155



FACHADA 03
ESC. 1:155



FACHADA 04
ESC. 1:155



FACHADA 05
ESC. 1:155



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE PAU DOS FERROS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

PROJETO:
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DESTINADO À
MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA
CIDADE DE PAU DOS FERROS/RN

DISCENTE:
ALEXANDRE DIAS DA SILVA NETO

ORIENTADORA:
PROFA. DRA. ELLEN PRISCILA NUNES DE SOUZA

DATA:
AGOSTO / 2024

ESCALA:
INDICADA

